



**Eletropaulo Metropolitana
Eletricidade de São Paulo S.A.**

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eneletr Distribuição São Paulo", ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

1. PERFIL

A Eneletr Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.751¹ unidades consumidoras por km², o que corresponde a aproximadamente 8,1%² do total de energia elétrica consumida no Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18 milhões de pessoas todos os dias, a Eneletr Distribuição São Paulo está permanentemente comprometida em prestar melhores serviços e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo aberto com todos os seus públicos. A Eneletr Distribuição São Paulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do estado e do país.

Para atender a demanda de aproximadamente 7,9 milhões de unidades consumidoras, a Eneletr Distribuição São Paulo, dispõe de uma infraestrutura formada por 163 subestações e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos de mais de 44 mil quilômetros, dos quais 1.846 km são linhas de subtransmissão e 42.562 km referem-se a redes de distribuição aérea e subterrânea.

¹ Dados internos de unidades faturadas, de dezembro de 2023;

² Dados acumulados de 2023, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

2. DESTAQUES

Eventos climáticos e impactos na área de concessão

No dia 03 de novembro, a área de concessão da Companhia, em especial a capital paulista, enfrentou tempestade severa, acompanhada por ventos de 105 km/h, magnitude muito superior em relação às previsões dos institutos climáticos. A velocidade dos ventos foi a maior registrada pelo Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) nos últimos cinco anos. Segundo a escala de Beaufort, tratou-se de uma tempestade violenta, um grau abaixo do nível correspondente a um furacão, que atingiu a área de concessão da Companhia.

A referida tempestade provocou danos graves na rede de distribuição da Companhia, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados pela rede. Em menos de 3 horas 2,1 milhões de clientes (25% do total) foram afetados, ou seja, 193x acima do número de clientes interrompidos em condições normais. A Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros registraram mais de 2 mil chamados em ocorrências. Somente na Grande São Paulo foram mais de 1.300 chamados para quedas de árvores, impactando extensamente a rede de distribuição da Companhia, além da queda de 178 postes, substituição de 203 km de condutores, 587 chaves seccionadoras, 5 religadores e 161 transformadores.

Ações realizadas durante a crise

Prontamente a Companhia iniciou a ativação do seu plano de contingência, direcionando todas as atividades, incluindo as de cunho comercial, para as ocorrências de emergência. A Eneletr São Paulo montou uma força-tarefa mobilizando mais de 5 mil colaboradores, dos quais 2,5 mil eram técnicos em campo, que trabalharam de forma incansável para restabelecer a energia o mais rápido possível diante do cenário caótico, incluindo o deslocamento de equipes de outros estados onde a Eneletr tem atuação e a mobilização extraordinária de colaboradores terceiros especializados no setor elétrico.

Em relação ao atendimento ao cliente, a capacidade do call center foi aumentada em 48% além do contingente previsto em situações de crise, incluindo a utilização de canais adicionais para atendimento das chamadas (atendentes de lojas, back-office e células de assessorias de cobrança). Para fins ilustrativos, no dia 3 de novembro, o número de chamadas recebidas superou o limite regulatório estabelecido pela Aneel em mais de 600%.

Dentro das primeiras 24 horas, aproximadamente 1 milhão de clientes foram recuperados (aprox. 60% do total), incluindo clientes prioritários, tais como 76 hospitais e clínicas, 60 estações de água e esgoto e clientes vitais, além de 84 escolas onde ocorreram as provas do Enem, respeitando o compromisso firmado junto ao Ministério de Minas e Energia. Em 72 horas, 97% da base de clientes havia sido restabelecida.

Adicionalmente, a companhia adotou diversas iniciativas proativas de comunicação massiva com o cliente, incluindo anúncios e entrevistas em programas de rádio e TV, interações nos canais de atendimento e mídias digitais, disparos de SMS com status de atendimento e pré-alertas com avisos de previsão de cíclicos ou grandes tempestades, além de informações sobre as regiões e cidades afetadas.

Cliente dos transtornos provocados pela interrupção do fornecimento de energia decorrentes do evento climático severo, a Companhia anunciou no mês de dezembro uma medida de apoio proativa em caráter excepcional para auxiliar clientes de baixa renda cadastrados no benefício da tarifa social de energia elétrica, com extensão aos clientes residenciais que utilizam equipamentos elétricos vitais, previamente cadastrados na distribuidora.

Os consumidores elegíveis que ficaram mais de 48 horas sem energia terão isenção do pagamento de três contas de luz a partir de dezembro. Essa medida de apoio demonstra a sensibilidade e o compromisso social da empresa, cuja atuação é pautada pelo relacionamento responsável com as comunidades em que atua, especialmente com aqueles clientes mais vulneráveis.

Plano de Melhoria

Por conta dos efeitos do El Niño, os eventos climáticos têm sido mais fortes e frequentes, com ventos acima do normal, que causam impactos severos no fornecimento da energia. As tempestades com descargas atmosféricas e intensas rajadas de vento, trazem desafios adicionais para a gestão das redes elétricas, que é majoritariamente aérea e sofre interferências da vegetação urbana.

Diante deste quadro, a Companhia passou a contar com um novo plano para eventuais episódios extremos. Nos casos de contingências severas, o aumento da força de trabalho operacional será até três vezes superior ao patamar normal que a gestão emergencial atende.

O reforço se aplica também aos canais de atendimento, que terão estrutura dimensionada para cada situação. No call center, a capacidade de atendimento será dobrada nas contingências severas, além de iniciativas adicionais, que já estão em funcionamento desde novembro, tais como:

- Comunicação massiva nos canais de atendimento, incluindo as principais mídias digitais;
- Reativação do serviço de SMS e inclusão de canais extras (WhatsApp, PushAPP) para informação aos clientes sobre falta de energia;
- Melhoria no canal de comunicação com grandes clientes e poder público, com a criação de grupos de Whatsapp específicos com tais stakeholders;
- Recadastramento de clientes vitais.

Vale ressaltar que a preparação da Eneletr São Paulo vai muito além do plano de contingências e integra-se ao plano de investimento e ações de manutenção preventiva nas regiões para melhorar a rede e a qualidade do serviço.

Ao longo do ano, são realizadas ações de inspeção da rede, podas preventivas e extraordinárias, reforço dos dispositivos de digitalização e substituição de equipamentos (como transformadores, espaçadores de rede e cabos), além da realização de obras estruturais de modernização e ampliação do sistema. O objetivo é tornar a rede mais eficiente, automatizada e resiliente, reduzindo eventuais impactos sobre o serviço de fornecimento de energia.

Por fim, ressalta-se que a Companhia tem cumprido com suas obrigações regulatórias e contratuais, atendendo aos limites de continuidade do serviço (DEC e FEC) estabelecidos pela Aneel.

Panorama da Crise



3. CONTEXTO SETORIAL E AMBIENTE REGULATÓRIO

Distribuição Elétrica no Brasil

A Eneletr Distribuição São Paulo é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão incluídos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória ("BRR") da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade. A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Eneletr Distribuição São Paulo é 4 de julho.

Revisão Tarifária Periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 27 de junho, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2023, Resolução Homologatória nº 3.115/2023. A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia negativo de -4,97% composto por reajuste econômico de +1,90% e componente financeiro de -6,87%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +2,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,24%.

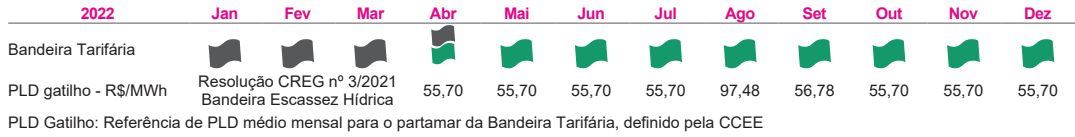
Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira Escassez Hídrica possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De janeiro a dezembro de 2023, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022 e 2023, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)
Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.
Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória nº 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.
Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória nº 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL/COMERCIAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2023	2022	Var. %
Mercado Cativo	7.923.164	7.740.890	2,4%
Residencial	7.453.129	7.280.497	2,4%
Industrial	24.892	24.845	0,2%
Comercial	423.441	415.418	1,9%
Rural	584	555	5,2%
Setor Público	21.118	19.575	7,9%
Clientes Livres	3.926	3.166	24,0%
Industrial	873	702	24,4%
Comercial	2.977	2.404	23,8%
Setor Público e outros	76	60	26,7%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.927.090	7.744.056	2,4%

A Companhia encerrou 2023 com um aumento de 2,4%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação a 2022. O crescimento do mercado cativo concentrou-se principalmente na classe residencial (aproximadamente 172 mil clientes). Em relação ao mercado livre, destacam-se as classes industrial e comercial, com aumentos de 24,4% e 23,8% respectivamente, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda de Energia na Área de Concessão³

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2023	2022	Var. %
Mercado Cativo	29.280	28.511	2,7%
Clientes Livres	13.409	12.698	5,6%
Total - Venda e Transporte de Energia	42.689	41.209	3,6%

³ Não Inclui Consumo Próprio

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2023	2022	Var. %
Residencial	17.229	16.515	4,3%
Industrial	1.872	2.034	(8,0%)
Comercial	8.213	8.077	1,7%
Rural	33	32	2,7%
Setor Público	1.933	1.852	4,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	29.280	28.511	2,7%

O mercado cativo totalizou 29.280 GWh em 2023, representando um crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período no ano passado (28.511 GWh). As temperaturas mais altas registradas ao longo do ano, em especial no último trimestre, contribuíram para o crescimento registrado no ano. O consumo na classe residencial registrou um aumento de 4,3% no ano em relação ao ano anterior em decorrência do impacto positivo associado a temperaturas mais elevadas no período observado.

Já na classe industrial, a redução de 8,0% em relação ao mesmo período no ano anterior, segue a tendência observada ao longo de 2023, com a queda do consumo dos setores industriais mais representativos da região de concessão, tais como automotivo e metalurgia, além do efeito da migração para o mercado livre.

O consumo da classe comercial apresentou um crescimento de 1,7% no ano também em razão das temperaturas mais elevadas, principalmente no último trimestre do ano, mais do que compensando o efeito da migração dos clientes para o mercado livre.

Em relação ao setor público, o aumento registrado é resultado principalmente de um ajuste retroativo realizado no 3T22, impactando a base de comparação.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2023	2022	Var. %
Industrial	5.647	5.619	0,5%
Comercial	6.084	5.456	11,5%
Setor Público e outros	1.678	1.623	3,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	13.409	12.698	5,6%

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 13.409 GWh em 2023, um aumento de 5,6% quando comparado a 2022, em decorrência principalmente do aumento do consumo na classe comercial, refletindo o impacto positivo das temperaturas mais elevadas, o aquecimento do setor varejista e de serviços, além da migração de clientes do mercado cativo.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWh)⁴

	2023	2022	Var. %
Itaipu	7.261	7.536	(3,7%)
Angra 1 e 2	1.404	1.416	(0,9%)
Proinfa	656	685	(4,2%)
Leilão e Quotas	26.142	27.062	(3,4%)
Total - Compra de Energia s/ CCEE	35.463	36.699	(3,6%)
Liquidação na CCEE	(98,0)	(1.943,9)	(111,1%)
Total - Compra de Energia	35.365	34.755	1,8%

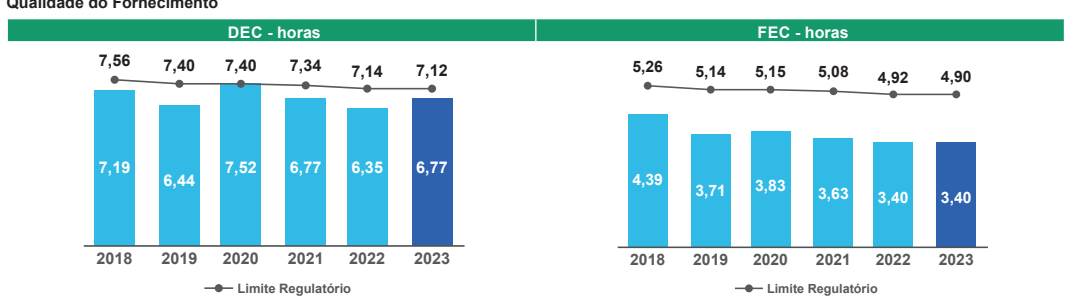
⁴ Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 4T23.

Balanco de Energia

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	2023	2022	Var. %
Energia Requerida (GWh)	48.240,9	46.617,4	3,5%
Energia Distribuída (GWh)	43.135	41.383	4,2%
Mercado Cativo	29.582	28.704	3,1%
Mercado Livre	13.553	12.679	6,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Eneletr SP (GWh)	5.106	5.234	(2,5%)
Perdas na Distribuição - Sistema Eneletr SP (%)	10,58%	11,23%	(0,6 p.p.)

Qualidade do Fornecedor



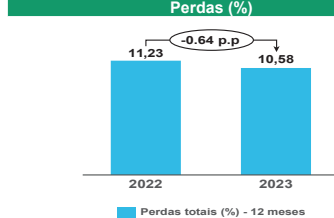
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

Em 2023, os indicadores DEC e FEC apresentaram um crescimento de 6,6% e 0,1% respectivamente em relação ao mesmo período em 2022, reflexo principalmente dos eventos climáticos ocorridos em novembro.

No primeiro evento, ocorrido no dia 03 de novembro, 2,1 milhões de clientes foram afetados, montante 7x superior a pior marca histórica registrada até aquele momento. Diante disso, houve a mobilização em massa das equipes técnicas para atendimento das ocorrências, desta forma os eventos e ocorrências subsequentes, apesar de menor magnitude, foram impactados.

Destaca-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 7,12/ FEC: 4,90).

Perdas (%)



Disciplina de Mercado (Perdas)

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,58%⁵, sendo divididas entre perdas técnicas (5,04%) e não técnicas (5,54%). Em comparação a 2022, as perdas totais apresentaram uma redução de 0,64 p.p., mesmo considerando os impactos dos eventos climáticos ocorridos em novembro, onde houve a necessidade de mobilização das equipes de campo que atuam nas operações de cortes, leituras e inspeções para o atendimento das ocorrências emergenciais.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forçando a medição, (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cadastrados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular e (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia observe-se um incremento no mercado faturado de 976 GWh de energia em 2023.

⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Arrecadação (%)



Arrecadação

O índice de arrecadação da companhia atingiu 97,68% em 2023 contra 96,51% no mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 1,18 p.p., refletindo as ações recorrentes, voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, implementação do PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto. Durante o período em questão, o índice de arrecadação da Companhia também foi impactado positivamente pela recuperação de dívidas antigas através do programa do Governo Federal Desonerata Brasil, que viabilizou cerca de 44 mil negociações, totalizando aproximadamente R\$ 66 milhões.

Em relação ao evento climático, durante parte do mês de novembro a Companhia paralisou temporariamente seus processos de cobrança de dívida devido a alocação da força operativa na recuperação da infraestrutura afetada da Distribuição. Praticamente a totalidade do impacto relacionado a paralização das cobranças foi recuperado no mês de dezembro através de ações de cobrança, neutralizando o impacto negativo no ano. Destaca-se também que durante o 2T23, houve um ajuste de metodologia da cobrabilidade impactando a base histórica do indicador, porém sem efeito no caixa da Companhia.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2023	2022	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	8.634.532	10.612.452	(18,6%)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICR	(93.740)	(77.625)	20,8%
Subvenção de recursos da CDE	885.635	657.805	34,6%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	2.913.740	2.635.266	10,6%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	12.677.207	11.029.617	14,9%
Receita de construção	1.462.409	1.928.836	(24,2%)
Atualização do ativo financeiro da concessão	313.004	350.756	(10,8%)
Ativo financeiro setorial, líquido	1.182.443	1.787.658	(33,9%)
Outras receitas originadas de contratos com clientes	1.750.868	1.716.415	2,0%
Total - Receita Operacional Bruta	29.726.098	30.641.180	(3,0%)
ICMS	(4.204.658)	(4.471.233)	(6,0%)
COFINS	(1.823.713)	(1.760.728)	3,6%
PIS	(395.841)	(450.592)	(12,2%)



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

...continuação

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2023	2022	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(7.780.406)	(7.737.589)	0,6%
Encargos dos Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(2.996.016)	(2.851.700)	5,1%
Total - Não Gerenciáveis	(10.776.422)	(10.589.289)	1,8%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(635.409)	(530.318)	19,8%
Previdência Privada	(7.773)	(6.846)	13,5%
Material e Serviços de Terceiros	(1.031.736)	(990.084)	4,2%
Depreciação e Amortização	(900.254)	(792.594)	13,6%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(384.883)	(248.717)	54,7%
Custo de Construção	(1.462.409)	(1.928.836)	(24,2%)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(132.099)	(79.110)	67,0%
Perda de recebíveis de clientes	(244.860)	(244.042)	0,3%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	135.128	139.419	(3,1%)
Outras receitas (despesas) operacionais	(329.693)	(110.700)	>100,0%
Total - Gerenciáveis	(4.993.988)	(4.791.828)	4,2%
Total - Gerenciáveis (excluindo custo de construção)	(3.531.579)	(2.862.992)	23,4%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(15.770.410)	(15.381.117)	2,5%

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo registraram um aumento de 2,5% ou R\$ 389,3 milhões em 2023 em comparação com 2022, totalizando R\$ 15,8 bilhões. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

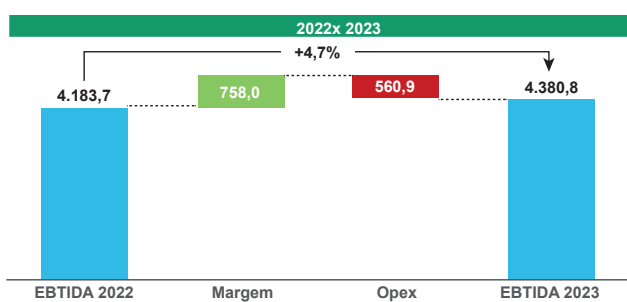
Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 10,8 bilhões, representando um crescimento de 1,8% ou R\$ 187,1 milhões em comparação a 2022.

- O principal efeito foi o aumento na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 144,3 milhões relacionado ao maior nível de despacho por segurança energética.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis, em 2023, apresentaram aumento de R\$ 668,6 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 219,0 milhões em outras despesas operacionais parcialmente explicado por:
 - perdas líquidas relacionadas à alienação e desativação de bens e direitos (R\$ 81,2 milhões), este último devido às baixas correntes de ativos. As perdas líquidas foram parcialmente compensadas pela venda de 2 terrenos no período;
 - da baixa da base de ativo financeiro corrente e da revisão tarifária (R\$ 34,5 milhões);
 - das indenizações e penalidades (R\$ 26,0 milhões), cujo maior impacto ocorreu no quarto trimestre por conta do evento climático ocorrido em novembro de 2023. Cabe ressaltar que até setembro de 2023, tais rubricas apresentavam redução versus o mesmo período do ano anterior.
- Aumento da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 136,2 milhões) explicado parcialmente por um grande volume de chuvas no primeiro e quarto trimestre, impactando ações de cortes por inadimplência e ocasionando a rolagem de algumas faturas mais antigas, com expectativa futura de recuperação;
- Aumento de R\$ 107,7 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia;
- Aumento de R\$ 105,1 milhões na linha de despesa de pessoal devido ao pagamento de bônus e reajustes salariais no 2T23;
- Aumento de R\$ 53,0 milhões na linha de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas explicado principalmente pela provisão relacionada ao auto de infração nº 12/2022 conforme nota explicativa 15.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia;
- Aumento de R\$ 41,2 milhões na rubrica de Materiais e Serviços de Terceiros em função principalmente dos eventos climáticos de novembro, onde houve aumento dos gastos com retradas e podas de árvores e a contratação de equipes técnicas adicionais. Desconsiderando o efeito não recorrente relacionado às chuvas, as despesas de material e serviços de terceiros, teria uma redução de aproximadamente R\$ 12,0 milhões.

EBITDA



No acumulado do ano, a Companhia atingiu EBITDA na ordem de R\$ 4,4 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 197,1 milhões em relação ao mesmo período em 2022.

O aumento do EBITDA é explicado principalmente pelo aumento da receita operacional líquida, resultado do menor nível de deduções no período.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

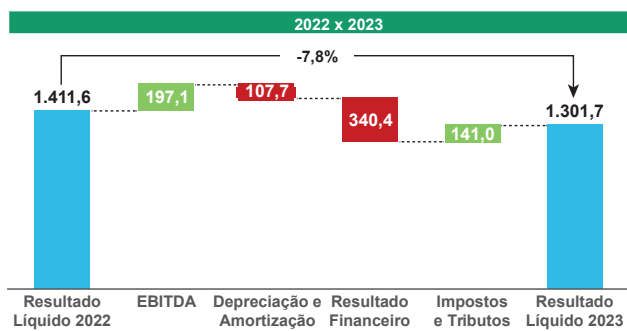
	2023	2022	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicações Financeiras	221.996	73.895	200,4%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	55.538	77.740	(28,6%)
Subvenções governamentais	845	1.756	(51,9%)
Atualização de Créditos Tributários	92	6.061	(99,6%)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	61.001	71.497	(77,8%)
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	17.157	341.678	(<-100,0%)
Ajuste MTM Dívida	242.648	127.172	(85,3%)
Juros e variações monetárias - outros	115.765	54.689	(79,1%)
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	22.930	10.579	(41,6%)
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	4.150	9.710	(79,9%)
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(23.340)	(12.317)	89,5%
Total - Receitas Financeiras	718.782	762.460	(5,7%)
Despesas Financeiras			
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(497.056)	(579.326)	(14,2%)
Variação Monetária - Empréstimos e Derivativos	(121.495)	(104.891)	15,8%
Instrumentos Financeiros de hedge	(660.116)	(406.897)	62,2%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(29.074)	(27.800)	4,6%
Subvenções governamentais	(845)	(1.756)	(51,9%)
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(31.156)	(26.448)	17,8%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	6.367	(5.905)	(<-100,0%)
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(42.394)	(34.814)	21,8%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(107.633)	(134.342)	(19,9%)
Atualização Acordo Eletrobras	(30.237)	(68.587)	(55,9%)
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(613.627)	(593.951)	3,3%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(6.126)	(4.226)	45,0%
Juros e variações monetárias - outros	(59.030)	(12.546)	>100,0%
Outras Despesas Financeiras	(70.663)	(22.550)	>100,0%
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	(149.863)	(89.133)	68,1%
Total - Despesas Financeiras	(2.412.948)	(2.113.172)	14,2%
Variações Cambiais	1.303	(1.799)	(<-100,0%)
Variações cambiais - Empréstimos	181.545	118.931	52,6%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(181.566)	(118.938)	52,7%
Outras Variações Cambiais	1.324	(1.792)	(<-100,0%)
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(1.692.863)	(1.352.511)	25,2%

Em 2023, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 1,7 bilhão, montante 25,2% (R\$ 340,4 milhões) superior ao valor registrado em 2022 (R\$ 1,4 bilhão), devido a:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 385,3 milhões nas rubricas de variação monetária de ativos financeiros setoriais relacionada a correção financeira do saldo passivo da CVA no ano.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 148,1 milhões na rubrica de renda de aplicações financeiras parcialmente justificado pela variação do CDI médio entre os dois períodos.

Resultado Líquido



No acumulado do ano, a Companhia atingiu lucro de R\$ 1,3 bilhão, representando uma redução de 7,8% ou R\$ 67,5 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, resultado da maior despesa financeira líquida registrada no período, conforme explicado anteriormente.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2023	2022	Var. %
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.026.328	7.789.837	(9,80%)
(-) Disponibilidades	(466.663)	(1.344.379)	(65,29%)
Dívida Líquida	6.559.665	6.445.458	1,77%
EBITDA (1)	4.380.769	4.183.656	4,71%
Dívida Bruta/EBITDA	1,60	1,86	(13,86%)
Dívida Líquida/EBITDA	1,50	1,54	(2,81%)
Dívida bruta/(Dívida bruta + PL)	0,71	0,76	(6,74%)
Dívida líquida/(Dívida líquida + PL)	0,70	0,73	(4,12%)

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta³ da Companhia encerrou 2023 em R\$ 7.026 milhões, uma redução de R\$ 764 milhões em relação ao 4T22. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 344 milhões para financiamento de investimentos, e às (ii) provisões de encargos de R\$ 984 milhões. Estes efeitos foram compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 2.095 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período o valor de R\$ 3 milhões referentes a ajuste negativo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes e à custos de transação, líquido das apropriações.

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se a liquidação da 2ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 698 milhões realizada em setembro de 2023 e a liquidação da 3ª série da 7ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 305 milhões realizada em abril de 2023. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debêntures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª) no montante de R\$ 539 milhões. A Companhia encerrou 2023 com o custo médio da dívida em 13,77% a.a.

³ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2023, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2023. Segue abaixo o cálculo do covenant financeiro exigido nas emissões de debêntures (24ª, 25ª, 26ª e 27ª), na 7ª emissão de notas promissórias, no BNP Paribas, Scotiabank e MUFG.

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

	2023
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.026.328
Fundo de Pensão	(1.364.082)
(-) Disponibilidades	(466.663)
Dívida Líquida	5.195.583
EBITDA (1) (12 meses)	4.380.769
(+) PDD	629.743
(+) Contingências	132.099
(+) Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	7.773
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	19.119
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão	5.169.503

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

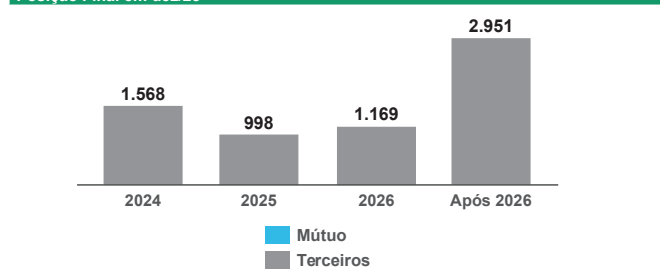
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Debênture, BNP, SCOTIA, MUFG e 7ª NP **1,01**

Classificação de Riscos (Rating)¹

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)²

Posição Final em dez/23



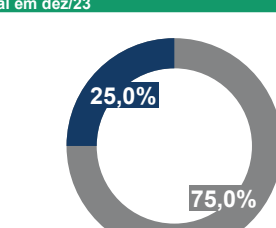
¹Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

²Não considera previdência.

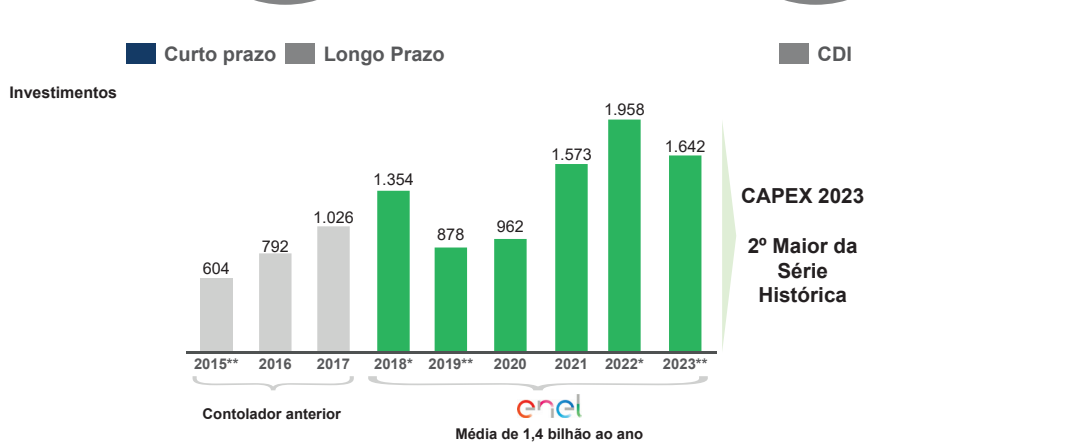
³Não considera previdência.

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP³

Posição Final em dez/23



Investimentos



*O nível de investimentos tende a aumentar gradativamente ao longo de cada ano de determinado ciclo tarifário, atingindo o patamar mais elevado no ano que antecede a revisão, em razão da data de corte do reconhecimento dos investimentos para a composição da base de ativos regulatórios da Companhia.

**Ano de Revisão Tarifária.

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2023	2022	Var. %
Manutenção	737.726	799.903	(7,8%)
Crescimento	490.658	692.895	(29,2%)
Novas Conexões	308.799	437.225	(29,4%)
Financiado pela Companhia	1.537.183	1.930.023	(20,4%)
Financiado pelo Cliente	104.933	28.242	271,5%
Total	1.642.117	1.958.266	(16,1%)

A Companhia investiu ao longo do ano de 2023 o total de R\$ 1,6 bilhão na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

O patamar registrado figura como o segundo maior montante investido em toda a série histórica da Companhia, refletindo os esforços contínuos de melhoria na rede e serviço prestado. Desde que a Enel assumiu a concessão, os investimentos totalizaram R\$ 8,4 bilhões.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 736,4 milhões, dos quais R\$ 28,1 milhões direcionados para as ocorrências de emergência relacionadas aos eventos climáticos de novembro e, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 490,7 milhões, dos quais R\$ 255,6 milhões foram direcionados para o programa de medidores inteligentes, Smart Meter.

6. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

O modelo organizacional e de governança corporativa da Enel garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (Environmental, Social and Governance) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar decisões e orientar as nossas ações.

Nossa estratégia de sustentabilidade considera as principais tendências do setor elétrico, entre os quais destacamos um dos grandes desafios da atualidade, a transição energética justa e acessível, ancorada nas fontes renováveis de geração. Além de perspectivas globais como a Agenda 2030 da ONU consolidada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo, entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpas (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

A implantação da estratégia de sustentabilidade é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Com base nessas informações, definimos nossos objetivos e metas ESG que integram o nosso atual Plano de Sustentabilidade de Enel São Paulo, ciclo 2023-2025, organizados sob 5 grandes pilares: Ambição Zero Emissões, Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos. Para 2023, foram priorizadas 72 iniciativas que alcançaram o avanço total de 97%. Sob a ótica ESG, as ações voltadas para a temática ambiental tiveram um avanço de 104%, com destaque para a superação da meta de reciclagem de resíduos. As iniciativas com foco no desenvolvimento social alcançaram 95% de avanço e as ações voltadas para fortalecer a governança tiveram um avanço de 99%, no mesmo período.

Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

As 53 iniciativas desenvolvidas na Enel Distribuição São Paulo, em 2023, beneficiaram mais de 569 mil pessoas, com um investimento de cerca de R\$ 85 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 2 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Foram trocadas gratuitamente cerca de 8 mil geladeiras e 689 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Hortas em Rede: O projeto é realizado por meio de parcerias que visam a utilização dos terrenos de linhas de transmissão da Enel para a implantação e desenvolvimento de hortas urbanas. As hortas proporcionam às comunidades qualificadas oportunidades de emprego e geração de renda, por meio da comercialização dos produtos cultivados pelos participantes do projeto. O projeto também visa combater a desertificação e melhorar a qualidade de vida das comunidades, uma vez que possibilita o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos pela população. De 2021 até o final de 2023 foi gerada uma renda de R\$ 865 mil aos agricultores participantes. Atualmente, a Enel Distribuição São Paulo conta com 49 hortas ativas em sua área de concessão.

Enel Compartilha Eficiência - Chamada Pública de Projetos: Foram realizadas 18 obras de Eficiência Energética por meio de Chamada Pública de Projetos, viabilizada com recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Foram trocadas 101.317 lâmpadas antigas por modelos com tecnologia LED, instaladas 1.281 placas fotovoltaicas e substituídos 11 aparelhos de ar-condicionado. Dentre essas melhorias foram contemplados dois projetos educacionais, sendo um no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, com a implantação de um laboratório de Smart Grid, e outro no Liceu de Artes e Ofício de São Paulo, com a implantação do laboratório de eficiência energética e energias renováveis. Ambas as ações incluíram material didático com o foco no aprendizado de alunos e professores sobre o tema da eficiência energética.

Smart Meter/Medidores Inteligentes: Como parte das ações socioeducativas do projeto Smart Meter, a Enel Distribuição São Paulo, de 2021 até o final de 2023, destinou R\$ 8 milhões de investimento em projetos sociais e iniciativas de eficiência energética nas regiões de atuação do projeto, nos bairros de Perus, Piratuba, Freguesia do Ó e Brasília. Foram realizados 14,5 mil diagnósticos energéticos nas residências, trocadas 64,9 mil lâmpadas antigas por LED, além da substituição de 2.140 geladeiras antigas por modelos novos e mais eficientes. Os equipamentos retirados foram destinados para ações de circularidade. A distribuidora também realizou ações sociais voltadas ao consumo consciente de energia e à segurança da população.

Centro Educacional Infantil (CEI) Luz e Lápis: É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que em 2023 atendeu a 125 crianças, de um a cinco anos e 11 meses, de famílias de baixa renda ou em situação de risco social. Conta com uma unidade - Santo Amaro, na região Sul da cidade de São Paulo. Em 2023, a Enel Distribuição São Paulo investiu R\$ 3.960 milhões no projeto. Os CEIs adotam um projeto pedagógico construtivista, que busca levar a criança a desenvolver sua capacidade de observar, descobrir, pensar e agir ao ter como princípios o respeito à dignidade e aos direitos das crianças; o direito à brincar; o acesso aos bens socioambientais disponíveis; a socialização das crianças e o atendimento aos cuidados essenciais.

Enel Compartilha Liderança em Rede: Reúne lideranças locais com o objetivo de formar parcerias e construir uma relação de proximidade entre a empresa e as comunidades onde a Enel atua. Com isso, impulsiona o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias em torno de redes de ação integradas e soluções para problemas comuns. Em 2023, houve a participação ativa de 275 líderes comunitários em oito municípios, apoiando nas demandas das comunidades e na divulgação dos projetos de Sustentabilidade. Em novembro de 2023, durante os fortes eventos climáticos que atingiram São Paulo, o auxílio dos líderes comunitários foi fundamental para os atendimentos prioritários. Foram recebidas 163 ocorrências relatando quedas de poste, fios partidos e quedas de árvores, todas atendidas prontamente pelas equipes de emergência.

Ecoenel: O programa é viabilizado pelo Programa de Eficiência Energética (PEE) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e oferece bônus na conta de luz dos clientes da Enel em troca de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro), sendo reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente como referência em prática ambiental. Além de facilitar o pagamento dos clientes, o programa contribui diretamente para a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda (ODS) 2030 da ONU. Em 2023, o programa Ecoenel, por meio de ações realizadas na região da Grande São Paulo, beneficiou mais de 16 mil clientes e concedeu mais de R\$ 969 mil em bônus nas faturas de energia. Além disso, colaborou para evitar a emissão de 9,7 mil toneladas de gás carbônico (CO2) na atmosfera. Também possibilitou a economia de mais de 11,8 mil MWh de energia, o suficiente para abastecer mensalmente cerca de cinco mil famílias por um ano. Além disso, o Ecoenel contribuiu para a preservação de 23,5 mil árvores, por meio da reciclagem de papel.

Somados aos projetos específicos da Enel São Paulo, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para: **Parceiro Responsável:** Programa de desenvolvimento e engajamento da cadeia de suprimentos da Enel em nossos objetivos e compromissos de sustentabilidade, em especial com a Agenda 2030 da ONU. Em 2023, foram capacitadas 318 pessoas de 206 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

...continuação

7. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Principais premiações recebidas em 2023

Prêmio ANEFAC - Troféu Transparência 2023

Em 2023, a Enel São Paulo recebeu pelo segundo ano seguido, prêmio em relação à sua praxis de divulgação. O Troféu Transparência reconhece e homenageia empresas que possuem em sua divulgação de informações contábeis, as melhores práticas de transparência, governança, relações com stakeholders e preocupação com sustentabilidade.

Prêmio Nacional de Inovação

A Enel Brasil ganhou o prêmio na categoria Inovação de Produto, que reconhece um bem ou um serviço novo ou melhor e que se difere de outros do mercado. O Prêmio Nacional de Inovação é considerado o maior reconhecimento de empresas inovadoras do Brasil e é organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Melhor RH Sudeste

Fomos reconhecidos entre os mais relevantes gestores de recursos humanos da região Sudeste. A premiação também ressalta o valor dos líderes de RH para o mercado corporativo.

Prêmio A Era do Diálogo

A Enel Distribuição São Paulo foi uma das 20 empresas reconhecidas pela qualidade de relacionamento com os clientes. O Prêmio A Era do Diálogo premia as companhias que priorizam a resolutividade para aprimorar a experiência do cliente e entregar soluções de maneira ágil e eficiente.

Ranking Equileap

Pelo quarto ano consecutivo, a Enel foi confirmada no ranking da Equileap TOP 100 empresas globais para a igualdade de gênero. A classificação como a empresa italiana com melhor desempenho no tema reconhece o resultado de nossas ações na promoção da igualdade de gênero no local de trabalho, como a presença de mulheres no Conselho Administrativo, em cargos gerenciais e na fase de recrutamento. A organização certificou também nossas práticas na promoção dos direitos humanos e na proteção contra violência, abuso e assédio sexual. A Equileap avalia o desempenho em relação à igualdade de gênero de empresas listadas nos principais índices do mercado de ações no setor corporativo. Em 2023, a pesquisa avaliou cerca de quatro mil companhias em 23 mercados mundiais. A posição conquistada pela Enel reforça nosso compromisso com a promoção da igualdade salarial, o bem-estar e a integração de todos nossos colaboradores.

Smart Customer 2023

Recebemos o troféu Prêmio Smart Customer 2023 com os cases Market School e "Jeito Enel de Servir", nas categorias "Treinamento e Capacitação" e "Cultura Organizacional", respectivamente. A premiação reconhece as práticas empresariais que oferecem a melhor experiência aos clientes e colaboradores. Os cases vencedores fazem parte das iniciativas da Enel Brasil para aprimorar as técnicas e serviços relacionados ao atendimento ao cliente.

Valor Inovação Brasil 2023

Fomos reconhecidos como uma das cinco empresas do setor de energia elétrica mais inovadora do país pelo Prêmio Valor Inovação Brasil 2023. A Enel Brasil ficou em terceiro lugar no ranking do setor de energia elétrica, evidenciando os esforços da companhia no desenvolvimento da cultura de inovação e de soluções pioneiras. Participaram da premiação 150 empresas de 25 setores da economia. O Prêmio é promovido pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Strategy&, consultoria estratégica da PwC Brasil.

Prêmio Aberje 2023

A campanha Enel Brasil e Luisa Mell ganhou o Prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) na categoria Influenciadores. O vídeo para as redes sociais informa, de forma bem-humorada, sobre a questão do "gato de energia" (ligações irregulares de energia).

Selo Paulista da Diversidade

A Enel Distribuição São Paulo manteve a certificação concedida pelo governo do estado de São Paulo, reconhecendo as empresas que desenvolvem ou se comprometem a criar boas práticas para a valorização da diversidade de gênero, raça, pessoas com deficiência, orientação sexual, entre outros grupos.

Revolução da Aprendizagem 2023

A Enel Brasil foi a vencedora do Prêmio Revolução da Aprendizagem 2023, na categoria Melhor Projeto de Compliance, com a iniciativa Academia Regulatória. O projeto é focado na excelência e no compromisso com a conformidade às normas regulatórias. O prêmio é concedido pela Revvo, empresa relevante no mercado de treinamento e e-learning.

Prêmio Nacional de Gestão de Ativos 2023

O Projeto Academia Regulatória ganhou o primeiro lugar nas categorias Gestão Estratégica e Projeto geral do Egaese (Encontro de Gestão de Ativos do Setor Elétrico).

Prêmio Boas Práticas em Transparência Corporativa do Pacto Global

Promovido pela 1ª vez pelo Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU) no Brasil, a Enel Brasil foi uma das empresas reconhecidas no Prêmio de Boas Práticas do Movimento Transparência 100%, com o Programa Parceiro Responsável, que visa desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade, incluindo ética e integridade.

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM n° 162, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2023 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022		Notas	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	460.692	1.338.169	Fornecedores	11	2.684.098	2.775.495
Títulos e valores mobiliários	5	5.971	6.210	Empréstimos e financiamentos	12	1.117.790	385.405
Consumidores, revendedores e outros	6	3.577.771	3.385.579	Obrigações por arrendamentos	13	398.558	781.662
Contas a receber - acordos	6	471.335	444.980	Subvenções governamentais		51.894	55.424
Créditos a receber - subvenção e outros		99.770	52.791	Imposto de renda e contribuição social a pagar	7	-	220.928
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	11.877	-	Outros tributos a pagar		506.176	478.813
Outros tributos compensáveis	7	1.630.569	1.205.941	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	160.138	207.601
Despesas pagas antecipadamente		53.267	56.667	Salários, provisões e encargos sociais		113.802	125.647
Almoxarifado		29.075	82.759	Encargos setoriais		541.388	548.904
Serviços em curso		378.410	466.175	Obrigações com benefícios pós-emprego	14	6.741	8.235
Instrumentos financeiros derivativos	24	135	68	Contas a pagar - acordo Eletrobras		66.282	354.801
Outros créditos		403.513	274.397	Provisões para processos judiciais e outros riscos	15	187.286	186.069
Total do ativo circulante		7.122.385	7.313.736	Reserva de reversão		7.342	7.342
Ativo não circulante				Instrumentos financeiros derivativos	24	238.873	113.617
Consumidores, revendedores e outros	6	27.175	23.868	Outras obrigações		714.503	538.276
Contas a receber - acordos	6	21.641	26.777	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	8	997.292	967.515
Outros tributos compensáveis	7	2.212.117	4.113.287	Passivo financeiro setorial	16	872.417	155.234
Depósitos vinculados		693.705	857.326	Total do passivo circulante		8.664.639	7.911.813
Instrumentos financeiros derivativos	24	442.278	112.360	Passivo não circulante			
Tributos diferidos	22	4.303.682	4.326.662	Empréstimos e financiamentos	12	1.757.085	2.667.769
Outros créditos		56.172	69.238	Debêntures	13	3.753.738	3.718.906
Investimento		37.018	38.756	Obrigações por arrendamentos		150.086	182.822
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	9.1.1	1.352.551	1.434.579	Subvenções governamentais		-	59
Ativo financeiro da concessão	9.1.2	8.317.479	7.426.895	Encargos setoriais		98.703	103.519
Imobilizado	10	195.297	223.487	Obrigações com benefícios pós-emprego	14	6.629.343	6.395.475
Intangível	9.1.3	3.849.405	3.837.039	Contas a pagar - acordo Eletrobras		-	58.058
Total do ativo não circulante		21.508.520	22.490.274	Provisões para processos judiciais e outros riscos	15	945.089	989.717
Total do ativo		28.630.905	29.804.010	Reserva de reversão		14.685	22.028
				Instrumentos financeiros derivativos	24	202.697	234.906
				Outras obrigações		106.165	94.497
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	2.983.143	4.629.959
				Passivo financeiro setorial	8	502.616	400.693
				Total do passivo não circulante		17.143.350	19.498.408
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17	3.079.525	3.079.525
				Reservas de capital	17	2.268.430	2.268.430
				Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	17	(4.762.527)	(4.229.736)
				Reserva legal	17	196.766	196.766
				Reserva para reforço de capital de giro		2.040.722	1.078.804
				Total do patrimônio líquido		2.822.916	2.393.789
				Total do passivo e do patrimônio líquido		28.630.905	29.804.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	19	19.250.925	18.772.179
Custo do serviço	20	(14.451.357)	(14.480.215)
Lucro bruto		4.799.568	4.291.964
Receitas (Despesas) operacionais			
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20	(629.743)	(492.759)
Despesas gerais e administrativas	20	(695.087)	(637.127)
Outras receitas operacionais	20	5.777	228.984
Total despesas operacionais		(1.319.053)	(900.902)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		3.480.515	3.391.062
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	718.782	762.461
Despesas financeiras	21	(2.412.948)	(2.113.172)
Variações cambiais, líquidas	21	1.303	(1.799)
Total do resultado financeiro		(1.692.863)	(1.352.510)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.787.652	2.038.552
Imposto de renda e contribuição social			
Contribuição social	22	(52.334)	(96.976)
Imposto de renda	22	(141.287)	(263.507)
Contribuição social diferida	22	(77.376)	(70.525)
Imposto de renda diferido	22	(214.933)	(195.903)
Total dos tributos sobre o lucro		(485.930)	(626.911)
Lucro líquido do exercício		1.301.722	1.411.641
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	18	6,59210	7,14874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Lucro líquido do exercício		1.301.722	1.411.641
Outros resultados abrangentes:			
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	14	(760.186)	(106.363)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	14	(4.094)	10.346
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	22	259.855	32.645
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Valor justo de hedge de fluxo de caixa		49.195	(97.582)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	22	(16.726)	33.177
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos		829.766	1.283.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	1.301.722	1.411.641
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	989.107	820.130
Variações monetárias	27.344	57.522
Variações cambiais - instrumento derivativo	181.566	118.938
Atualização do ativo financeiro da concessão	(313.004)	(350.756)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	384.883	248.717
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	244.860	244.062
Provisões para processos judiciais e outros riscos	(37.636)	81.508
Atualização Acordo Eletrobras	30.237	68.587
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	711.930	571.191
Juros sobre obrigações de arrendamento	29.074	27.800
Juros sobre operação com instrumento derivativo	498.851	397.936
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	(235.002)	92.813
Benefícios pós-emprego	619.330	599.876
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-	(143)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	(14.361)	38.651
Tributos e contribuições sociais diferidos	292.309	266.428
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(730.084)	(451.277)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(62.090)	135.884
Outros tributos compensáveis	1.476.542	878.801
Almoxarifado	53.684	(58.440)
Serviços em curso	87.765	(103.077)
Contas a receber - acordos	(117.686)	(76.300)
Despesas pagas antecipadamente	3.400	11.509
Outros créditos	(20.644)	(2.006)
Créditos a receber - subvenção e outros	(46.979)	234.618
Ativo financeiro setorial	-	1.783.740
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(44.712)	(421.301)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(280.928)	192.428
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(1.617.039)	(1.542.810)
Outros tributos a pagar	121.846	(35.539)
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.845)	6.765
Encargos setoriais	7.655	72.149
Passivo financeiro setorial	819.106	555.928
Outras obrigações	180.552	(158.333)
Total	4.529.753	5.717.620
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(565.252)	(503.970)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(26.860)	(18.350)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(511.855)	(326.006)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(166.917)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(1.151.236)	(958.691)
Pagamento de processos judiciais e outros	(139.608)	(119.755)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(376.814)	(394.650)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-	(3)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.758.128	3.229.278
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo imobilizado	3.625	-
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(1.635.795)	(1.963.570)
Consumidores participação financeira	112.543	136.907
Aplicações em investimento de curto prazo	239	(3.208)
Resgates de investimento de curto prazo	-	74
Aplicações/Resgates de caucões e depósitos vinculados	33.515	(76.726)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(24.992)	(15.305)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.510.865)	(1.921.828)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	343.700	2.130.595
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.017.794)	(1.389.963)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	(134.023)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(62.544)	(79.798)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(388.102)	(1.608.394)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(1.124.740)	(1.081.583)
Varição no caixa líquido da Companhia	(877.477)	225.86



ELETPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(4.037.195)	196.766	-	870.778	-	2.378.304
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.411.641	1.411.641
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(96.017)	-	-	-	-	(96.017)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	32.645	-	-	-	-	32.645
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(97.582)	-	-	-	-	(97.582)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	33.177	-	-	-	-	33.177
Transações com os acionistas:									
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(870.778)	-	(870.778)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	-	-	-	-	-	-	-	(207.601)	(207.601)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(190.000)	(190.000)
Mutações internas do patrimônio líquido:									
Reserva especial para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	1.078.804	-	(1.078.804)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(98.127)	-	-	-	98.127	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	33.363	-	-	-	(33.363)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.079.525	2.267.883	547	(4.229.736)	196.766	1.078.804	-	-	2.393.769
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.301.722	1.301.722
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(764.280)	-	-	-	-	(764.280)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	259.855	-	-	-	-	259.855
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	49.195	-	-	-	-	49.195
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(16.726)	-	-	-	-	(16.726)
Transações com os acionistas:									
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	-	-	-	-	-	-	-	(639)	(639)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(400.000)	(400.000)
Mutações internas do patrimônio líquido:									
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	961.918	-	(961.918)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(92.174)	-	-	-	92.174	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	31.339	-	-	-	(31.339)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.079.525	2.267.883	547	(4.762.527)	196.766	2.040.722	-	-	2.822.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria "B", controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023 (vide nota explicativa nº 3.1).

1.1 Eventos climáticos

No dia 3 de novembro de 2023, uma tempestade de magnitude excepcional avançou sobre a área de concessão da Companhia. Chuvas intensas, acompanhadas de rajadas de vento, foram produzidas pela passagem de um ciclone extratropical, causando a queda de árvores na rede elétrica, ocasionando a suspensão do fornecimento de energia de milhões de clientes.

Em decorrência desses eventos climáticos atípicos, que provocaram desligamentos do fornecimento de energia elétrica de diversas unidades consumidoras, a ANEEL solicitou informações a fim de avaliar o cumprimento das obrigações contratuais da Companhia, dispostas no contrato de concessão de fornecimento de energia, e das normas regulatórias estabelecidas no PRODIST e Resolução ANEEL 1000/2021, dentre outras.

As informações solicitadas mediante Ofício nº 1325/2023-SMA/ANEEL datado de 6 de novembro de 2023 foram devidamente respondidas em caráter provisório na data pré-determinada pelo regulador Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia disponibilizou de informações para o cálculo dos indicadores de continuidade, indicador de tempo de interrupção, tempo de reestabelecimento do fornecimento de energia, bem como, apresentou os argumentos de defesa e evidências de cálculo de forma a contra-argumentar o entendimento de não conformidade previamente sinalizado pela ANEEL.

Em 4 de dezembro de 2023, foi expedido pela ANEEL o Ofício Circular nº 16/2023-DIR/ANEEL, cujo tema foi "Medidas necessárias ao enfrentamento de eventos climáticos de elevada severidade" endereçado ao presidente da Companhia, apresentando algumas ações e recomendações de melhorias, relacionadas com o reestabelecimento do fornecimento de todas as unidades consumidoras, a necessidade de ampliação e promoção de melhorias dos canais de comunicação com a população e poder público, priorização da avaliação do pagamento das reclamações de ressarcimentos por danos elétricos, reforço dos planos de contingências, atualização dos protocolos de detecção de eventos climáticos de elevada severidade, e a execução a gestão da arborização e o manejo vegetal em áreas com maior potencial de dano ao serviço de distribuição, dentre outras.

A partir de novembro de 2023 a Companhia fez cumprir a sua programação de inspeções e de podas preventivas ao período chuvoso. Para 2024, está previsto um plano de investimento na rede e em telecontrole, além da previsão da realização de inspeções pedestres e vastas aéreas, realização de podas e correções de defeitos, e coordenar ações com entes públicos.

Ainda de acordo com o ofício, a ANEEL solicitará informações das distribuidoras e promoverá eventos ao longo de 2024 para a troca de experiências e avaliação das melhores práticas em três frentes: 1) detecção de eventos climáticos de elevada severidade; 2) planos de prevenção e redução de danos, em coordenação com os entes públicos estaduais e municipais; 3) plano de ação de reposição do serviço, em articulação e coordenação com os demais entes públicos envolvidos e com comunicação eficiente com consumidores, ANEEL e entes públicos. A fiscalização da ANEEL vem avaliando preventivamente aspectos relacionados ao atendimento emergencial por distribuidoras selecionadas, além de estar realizando reuniões com as distribuidoras que passaram por situações de eventos climáticos severos, registradas nos últimos 24 meses, para a discussão dos planos de contingência, no intuito de avaliar a necessidade de alguma regulamentação pelo órgão.

Como consequência destes eventos climáticos a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 98.850, sendo: (i) R\$ 44.910 relacionados a ressarcimento/compensações aos consumidores impactando as linhas de DUC/FIC (receita líquida), outras despesas operacionais (custo dos serviços) e despesas financeiras; e (ii) R\$ 53.940 com serviços de operação e manutenção impactando a linha de serviços de terceiros (custo dos serviços).

Em decorrência dos eventos climáticos, identificou-se o início de procedimentos administrativos e ainda o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações nas demonstrações financeiras foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. As ações decorridas de tais eventos climáticos, foram classificadas como risco de perda possível (vide nota explicativa nº 15.2).

1.2 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitada a 20% apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640. O desconto foi concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 2.339 como saldo a ser ressarcido em 31 de dezembro de 2023.

1.3 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.168, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de julho de 2022 e julho de 2023 - vide nota explicativa nº 9.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

1.4 Panorama das renovações de concessões no Brasil

O vencimento da concessão da Companhia está previsto para junho de 2028. A Companhia aguarda a publicação de um Decreto Presidencial para as diretrizes das renovações das concessões, e em seguida a abertura de consulta pública pela Aneel para definição do novo contrato de concessão ainda em 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCP 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.2. A Companhia aplicou o princípio de divulgação das políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/IFRS7 - Instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade, e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21)	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contêm informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 6 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 9.1.1 - Ativo financeiro da concessão;
- Nota 9.1.3 - Intangível;
- Nota 14 - Obrigações com benefícios pós-emprego;
- Nota 15 - Provisões para processos judiciais e outros riscos;
- Nota 19 - Receita não faturada;
- Nota 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota 24 - Instrumentos financeiros.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1. Revisão tarifária periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 27 de junho de 2023, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicada a partir de 4 de julho de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.215/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com efeito negativo de -4,97% composto por reajuste econômico de +1,90% e componente financeiro de -6,87%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +2,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,24%, sendo -6,10% e -0,97% para alta e baixa tensão.

O Índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	+2,13%
Energia Comprada	+0,93%
Encargos de Transmissão	+2,31%
Parcela A	+5,37%
Parcela B	(3,47%)
Revisão Econômica	+1,9%
CVA Total	(2,71%)
Outros Itens Financeiros	(4,16%)
Revisão Financeira	(6,87%)
Revisão Total	(4,97%)
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+2,73%
Efeito para o consumidor	(2,24%)

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 7,7%, representando 5,37% na revisão econômica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -11,4%, representando uma participação de -3,47% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

a. Custos Operacionais: a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -3,65% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito tarifário de -0,55%. Destaca-se que a aplicação da metodologia indicou que os custos operacionais, incluídos nas tarifas até então vigentes, encontravam-se acima do limite superior do intervalo de eficiência, sendo estabelecida uma trajetória regulatória negativa de ajustes desses custos até o final do ciclo.

b. Custo Anual de Ativos: corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétrico da distribuidora. A remuneração apresentou redução de -21,23% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto tarifário de -1,73%. A variação negativa deve-se à redução da taxa de remuneração em relação àquela considerada no último processo de revisão tarifária. Por outro lado, o aumento da Base de Remuneração Líquida atenuou o efeito de redução do IWACC. Por sua vez, a quota de reintegração apresentou variação de +17,63% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto tarifário de -0,80%, devido, especialmente, da nova taxa de depreciação dos ativos, de 4,06%, superior à considerada no ciclo anterior (de 3,84%). Por último, as anuidades apresentaram uma redução de -19,07% em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto tarifário -0,35%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

(i) Complemento negativo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 76.468 (nota explicativa nº 9.1.2). A contrapartida foi reconhecida no resultado do exercício (vide nova explicativa nº 19).

(ii) Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 78.430, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (notas explicativas nº 9.1.2 e 9.1.3).

(iii) Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R\$ 8.556 (nota explicativa nº 9.1.3).

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 1.481.773, dentre os quais destacam-se: R\$ 584.862 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 691.840; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 1.763.409, sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da conta de comercialização de Itaipu positivo de R\$ 511.009; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 781.639.

3.2. Bandeira tarifária

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Numerário disponível		110.819	72.921
Numerário em trânsito	4.1	183.697	137.053
CDB-DI		166.176	1.128.195
Total		460.692	1.338.169

4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 100,57% e 80,06% do CDI, respectivamente (102,46% e 96,00% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

...continuação

reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2023 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial		7.426.895	6.317.532
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	9.1.1	710.743	778.825
Baixas	20	(54.733)	(20.218)
Atualização do ativo financeiro da concessão	19	389.472	350.756
Atualização do ativo financeiro da concessão - revisão tarifária *	3.1 e 18	(76.468)	-
Reclassificação para ativo intangível - revisão tarifária **	3.1 e 9.1.3	(78.430)	-
Saldo final		8.317.479	7.426.895

(*) O valor negativo de R\$ 76.468 foi reconhecido para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 27 de junho de 2023 (vide nota explicativa nº 3.1). A contrapartida foi reconhecida como reversão da atualização do ativo financeiro da concessão, no resultado do exercício (vide nota explicativa nº 18).

(**) O valor de R\$ 78.430 foi reclassificado para o ativo intangível, para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 27 de junho de 2023 (vide nota explicativa nº 3.1).

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

9.1.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável: a Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uso de estimativas: O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo intangível da concessão		
Ativo intangível - custo	9.486.559	8.932.714
Amortização acumulada	(5.637.154)	(5.095.675)
Total do ativo intangível da concessão	3.849.405	3.837.039

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.233.650	(977.718)	8.255.932	(4.431.068)	3.824.864
Adições		19.954	-	19.954	(819.485)	(799.531)
Baixas		(109.383)	-	(109.383)	87.130	(22.253)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	67.748	67.748
Transferências do ativo contratual	9.1.1	831.711	(65.500)	766.211	-	766.211
Saldos em 31 de dezembro de 2022		9.975.932	(1.043.218)	8.932.714	(5.095.675)	3.837.039
Adições		14.156	-	14.156	(956.096)	(941.940)
Baixas		(194.229)	-	(194.229)	184.764	(9.465)
Baixas - revisão tarifária *		(158.112)	-	(158.112)	149.556	(8.556)
Amortização de obrigações especiais	3.1	-	-	-	80.297	80.297
Reclassificação para ativo intangível - revisão tarifária	3.1	78.430	-	78.430	-	78.430
Transferências do ativo contratual	9.1.1	873.718	(60.118)	813.600	-	813.600
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.569.895	(1.103.336)	9.486.559	(5.637.154)	3.849.405

* Baixas - revisão tarifária: R\$ 8.556 foram reconhecidos como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL (nota explicativa nº 3.1).

12. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 24.1.1.

12.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.12.2023			31.12.2022			Total Circulante + Não Circulante
				Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	
Moeda nacional										
FINEP 2 (i)	b.1	2024	TJLP + 5,00% a.a.	11	4.902	-	4.913	-	-	4.913
BNP 4131 IV (ii)	b.5	2024	8,41% a.a.	135	287.448	-	287.581	-	-	287.581
Total - Moeda nacional				146	292.348	-	292.494	-	-	292.494
Moeda estrangeira										
BNP 4131 II	b.2	2024	USD + 1,71% a.a.	1.126	213.085	-	214.211	-	-	214.211
BNP 4131 III	b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	1.621	404.862	-	406.483	-	-	406.483
SCOTIABANK 4131 II	b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	538	-	-	538	190.912	-	190.912
SCOTIABANK 4131 III	b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	2.438	-	-	2.438	269.585	-	269.585
MUFG 4131	b.7	2024	USD + 2,07% a.a.	1.195	187.234	-	1.195	-	-	1.195
SCOTIABANK 4131 IV	b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	2.721	-	-	2.721	373.125	-	373.125
European Investment Bank I	b.9	2037	USD + 3,76% a.a.	1.566	-	-	1.566	119.002	-	119.002
European Investment Bank II	b.10	2037	USD + 3,61% a.a.	6.008	-	-	6.008	471.200	(394)	470.806
European Investment Bank III	a.1	2038	USD + 4,51% a.a.	594	-	-	594	67.191	-	67.191
European Investment Bank IV	a.2	2038	USD + 4,38% a.a.	2.308	-	-	2.308	266.464	-	266.464
Total - Moeda estrangeira				20.115	805.181	-	825.296	1.757.479	(394)	1.757.085
Total - empréstimos e financiamentos				20.261	1.097.529	-	1.117.790	1.757.479	(394)	1.757.085

Empréstimos e financiamentos:

	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.12.2023			31.12.2022			Total Circulante + Não Circulante
				Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	
Moeda nacional										
FINEP 2 (i)	b.1	2024	TJLP+5,00	43	13.848	-	13.891	4.839	-	18.730
BNP 4131 IV (ii)	b.5	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	274.807	-	274.875
Total - Moeda nacional				111	13.848	-	13.959	279.646	-	279.605
Moeda estrangeira										
BNP 4131 II	b.2	2024	USD + 1,71% a.a.	1.236	-	-	1.236	229.652	-	229.652
BNP 4131 III	b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	1.747	-	-	1.747	436.339	-	436.086
SCOTIABANK 4131 II	b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	580	-	-	580	205.755	-	205.755
SCOTIABANK 4131 III	b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	2.607	-	-	2.607	290.545	-	290.545
MUFG 4131	b.7	2024	USD + 2,07% a.a.	1.310	-	-	1.310	201.791	-	201.791
SCOTIABANK 4131 IV	b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	2.985	-	-	2.985	402.135	-	402.135
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	2037	2037	USD + 3,76% a.a.	1.716	-	-	1.716	125.563	-	125.563
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	2037	2037	USD + 3,61% a.a.	6.584	-	-	6.584	496.766	(423)	496.343
Total - Moeda estrangeira				18.765	-	-	18.765	2.388.546	(423)	2.388.123
Total - Empréstimos e financiamentos				18.876	13.848	-	32.724	2.668.192	(423)	2.667.769
Notas Promissórias										
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	c.1	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	352.681
Total - Notas promissórias				47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	352.681
Total da Dívida				66.760	318.848	(203)	385.405	2.668.192	(423)	3.053.174

(i) FINEP - saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) Os contratos European Investment Bank (BEI) e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 24.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: Para a FINEP a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 20.305, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 1,30% a.a. Para as dívidas do European Investment Bank (BEI) contam com a garantia da Enel SpA com taxas que variam de 0,50% a 0,52% a.a.

12.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	European Investment Bank III	68.740	Abril de 2023	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de abril de 2026	Abril de 2038	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
a.2	European Investment Bank IV	274.960	Abril de 2023	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de abril de 2026	Abril de 2038	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a.	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	FINEP - 2º Protocolo FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	55.301 41.448	Agosto de 2014 Novembro de 2017	TJLP - 1% TJLP - 1%	Mensal Mensal	Mensal (a partir de abril/2017)	abril de 2024 março de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.2	BNP 4131 II	250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71%	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
b.3	BNP III 4131	475.000	Abril de 2021	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
b.4	SCOTIABANK II 4131	209.000	Maio de 2021	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
b.5	BNP IV 4131	290.000	Junho de 2021	8,41% a.a.	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
b.6	SCOTIABANK III 4131	300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
b.7	MUFG 4131	200.000	Setembro de 2021	USD + 2,07%	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
b.8	SCOTIABANK IV 4131	400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
b.9	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	134.654	Setembro de 2022	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.10	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	538.616	Setembro de 2022	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	305.000	Abril de 2023	Reforço de capital de giro

12.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	-	0%	352.681	11%
TJLP	4.913	0%	18.730	1%
Taxa fixa	287.5			



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

...continuação

12.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	31.12.2023
CDI (*)	11,65
TJLP (**)	7,28
IPCA (**)	4,68
Dólar (**)	4,84

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

12.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial 31.12.2022	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final 31.12.2023
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	18.730	-	(14.820)	(642)	192	608	-	-	-	845	4.913
BNP II	230.888	-	-	(3.895)	-	3.805	-	(16.587)	-	-	214.211
BNP 4131 III	438.086	-	-	(8.390)	-	8.329	-	(31.542)	-	-	406.483
SCOTIABANK 4131 II	206.335	-	-	(4.507)	-	4.578	-	(14.956)	-	-	191.450
BNP 4131 IV	274.875	-	-	(24.660)	-	24.727	12.639	-	-	-	287.581
SCOTIABANK 4131 III	293.152	-	-	(7.377)	-	7.318	-	(21.070)	-	-	272.023
MUFG 4131	203.101	-	-	(4.130)	-	4.034	-	(14.576)	-	-	188.429
SCOTIABANK 4131 IV	405.120	-	-	(9.411)	-	9.193	-	(29.056)	-	-	375.846
European Investment Bank I	127.279	-	-	(4.955)	-	4.842	3.225	(9.823)	-	-	120.568
European Investment Bank II	502.927	-	-	(19.018)	-	18.580	13.581	(39.285)	29	-	476.814
European Investment Bank III	-	68.740	-	(1.594)	-	2.155	-	(587)	-	-	67.785
European Investment Bank IV	-	274.960	-	(6.197)	-	8.379	(4.649)	(3.721)	-	-	268.772
Total - Empréstimos e financiamentos	2.700.493	343.700	(14.820)	(94.776)	192	96.548	24.209	(181.545)	29	845	2.874.875
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	352.681	-	(305.000)	(61.034)	-	13.150	-	-	-	-	203
Total - Notas Promissórias	352.681	-	(305.000)	(61.034)	-	13.150	-	-	-	-	203
Total da dívida	3.053.174	343.700	(319.820)	(155.810)	192	109.698	24.209	(181.545)	29	1.048	2.874.875

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial 31.12.2021	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final 31.12.2022
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	31.532	-	(14.664)	(1.353)	128	1.331	-	-	-	1.756	18.730
BNP II	246.942	-	-	(3.942)	-	3.940	-	(16.052)	-	-	230.888
BNP4131 III	468.547	-	-	(8.326)	-	8.578	-	(30.713)	-	-	438.086
SCOTI ABANK 4131 II	220.681	-	-	(4.793)	-	4.759	-	(14.312)	-	-	206.335
BNP 4131 IV	277.925	-	-	(24.728)	-	24.728	(3.050)	-	-	-	274.875
SCOTI ABANK 4131 III	313.580	-	-	(7.549)	-	7.572	-	(20.451)	-	-	293.152
MUFG 4131	217.146	-	-	(3.949)	-	4.021	-	(14.117)	-	-	203.101
SCOTI ABANK 4131 IV	433.289	-	-	(9.523)	-	9.517	-	(28.163)	-	-	405.120
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	-	134.654	-	1	-	1.747	(10.097)	974	-	-	127.279
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	-	538.616	-	1	-	6.706	(45.875)	3.903	7	(431)	502.927
Total - Empréstimos e financiamentos	2.209.642	673.270	(14.664)	(64.161)	128	72.899	(59.022)	(118.931)	7	1.325	2.700.493
Empréstimos com partes relacionadas											
Enel BR I	-	101.160	(101.160)	(4.171)	-	4.171	-	-	-	-	-
Enel BR II	-	121.367	(121.367)	(4.851)	-	4.851	-	-	-	-	-
Enel BR III	-	80.841	(80.841)	(2.721)	-	2.721	-	-	-	-	-
Enel BR IV	-	353.957	(353.957)	(10.748)	-	10.748	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos com partes relacionadas	-	657.325	(657.325)	(22.491)	-	22.491	-	-	-	-	-
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	10.197	-	(10.000)	(490)	-	293	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	10.137	-	(10.000)	(1.209)	-	1.012	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	310.335	-	-	41.871	-	41.871	-	-	601	(126)	352.681
Total - Notas Promissórias	330.729	-	(20.000)	(1.699)	-	43.176	-	-	601	(126)	352.681
Total da dívida	2.540.371	1.330.595	(691.989)	(88.351)	128	138.566	(59.022)	(118.931)	608	1.199	3.053.174

12.7 Compromissos financeiros - Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (covenants) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNP, Scotiabank e MUFG	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
* Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado em relação aos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.			
(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.			
(**) LAJIDA (EBITDA) ajustado - Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incorríveis; e (viii) impairment de ativos e direitos.			
O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants listados acima.			

13. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 24.1.1.

13.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

Debêntures	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	31.12.2023							
				Encargos	Circulante		Total	Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante	
					Principal	Custos a amortizar		Principal	Custos a amortizar		
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 0,80%	10.169	350.000	(1.687)	358.482	350.000	(470)	349.530	708.012
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 4,01%	4.859	-	-	4.859	1.057.143	(8.514)	1.048.629	1.053.488
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	7.245	-	-	7.245	866.513	(20.684)	845.829	853.074
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	17.696	-	-	17.696	575.000	(660)	574.340	592.036
Debêntures - 27ª Emissão (i)	b.5	2032	100% IPCA + 6,14%	10.276	-	-	10.276	958.159	(22.749)	935.410	945.686
Total				50.245	350.000	(1.687)	398.558	3.806.815	(53.077)	3.753.738	4.152.296

Debêntures	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	31.12.2022							
				Encargos	Circulante		Total	Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante	
					Principal	Custos a amortizar		Principal	Custos a amortizar		
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	c.1	2023	112,85% CDI	30.135	697.974	(747)	727.362	-	-	-	727.362
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 0,80%	12.187	-	-	12.187	700.000	(4.471)	695.529	707.716
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 4,01%	4.955	-	-	4.955	932.877	(11.640)	921.237	926.192
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	7.062	-	-	7.062	746.975	(23.505)	723.470	730.532
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	20.088	-	-	20.088	575.000	(796)	574.204	594.292
Debêntures - 27ª Emissão (i)	b.5	2032	100% IPCA + 6,14%	10.008	-	-	10.008	829.945	(25.479)	804.466	814.474
Total				84.435	697.974	(747)	781.662	3.784.797	(65.891)	3.718.906	4.500.568

(i) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 24.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

13.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Nenhuma movimentação no exercício.

b) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	24ª Emissão (1ª Série) não conversível	700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série) não conversível	800.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	350.000	maio de 2025	
	24ª Emissão (2ª Série) não conversível	800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	800.000	maio de 2026	
b.2	DEBÊNTURES 25ª EMISSÃO não conversível	720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	245.060	abril de 2029	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
						240.048	abril de 2030	
b.3	DEBÊNTURES 26ª EMISSÃO não conversível	575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64%	Anual	287.500	outubro 2027	Reforço de capital de giro.
						287.500	outubro de 2028	
b.4	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO não conversível	800.000	12/05/2022	CDI + 0,82%	Semestral	266.666	abril de 2029	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
						266.666	abril de 2030	
						266.667	abril de 2031	

c) Obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	23ª EMISSÃO (2ª série) não conversível	1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974	setembro 2022 setembro 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.

13.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

Moeda nacional	31.12.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
CDI	1.300.048	31%	2.029.370	45%
IPCA	2.852.248	69%	2.471.198	55%
Total	4.152.296	100%	4.500.568	100%

13.4 Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2025	350.000	(13.122)	336.878
2026	1.057.143	(8.943)	1.048.200
2027	287.500	(6.540)	280.960
2028 em diante	2.112.172	(24.472)	2.087.700
	3.806.815	(53.077)	3.753.738

13.5 Movimentações das debêntures:

Debêntures	Saldo inicial 31.12
------------	---------------------



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

...continuação

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocasionou um aumento de R\$ 764.280 (R\$ 96.017 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de mortalidade, aumentos salariais e de benefícios de aposentadorias e pensões futuros.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país e se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A VIVEST testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Previdência privada		
Valor presente das obrigações atuariais	14.270.928	13.812.391
Valor justo dos ativos do plano	(7.750.637)	(7.506.689)
Obrigação registrada com previdência privada	6.520.291	6.305.702
FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)		
Valor presente das obrigações atuariais	115.793	98.008
Valor justo dos ativos do plano	(115.793)	(98.008)
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	6.636.084	6.403.710
Total obrigações com benefícios pós-emprego		
Circulante	6.741	8.235
Não circulante	6.629.343	6.395.475
Total	6.636.084	6.403.710

14.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A VIVEST é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A VIVEST administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1º de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores - Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis à taxa a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida - Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando as contribuições e os pagamentos de benefícios serão suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela VIVEST ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a VIVEST submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. Em 27 de dezembro de 2023 a PREVIC indeferiu o processo de retirada do patrocínio da Companhia. Em 05 de janeiro de 2024 foi interposto recurso administrativo contra a decisão de indeferimento que aguarda julgamento pela Diretoria Colegiada da PREVIC. Vale ressaltar que as respectivas ações não trouxeram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

14.1.1 Contratos com a VIVEST

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a VIVEST a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da VIVEST para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.12.2023	31.12.2022
Confissão de dívida Ila	469.568	391.330
Confissão de dívida Iib	30.070	203.126
Contrato de ajustes de reserva matemática	5.613.530	5.695.931
Total dos contratos	6.113.168	6.290.387
Diferença entre premissas	407.123	15.315
Total registrado	6.520.291	6.305.702

14.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acessada do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderiram ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

14.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações com benefícios pós-emprego		
Valor presente das obrigações atuariais	14.386.721	13.910.399
Valor justo dos ativos do plano	(7.750.637)	(7.506.689)
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	6.636.084	6.403.710

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2023	31.12.2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	13.910.399	14.682.123
Custo dos serviços correntes	5.703	5.928
Custo dos juros	1.372.818	1.324.518
Benefícios pagos pelo plano	(1.356.850)	(1.548.925)
Ganho (perda) atuarial	454.651	(553.245)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	14.386.721	13.910.399

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2023	31.12.2022
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.506.689	8.015.617
Retorno esperado dos ativos do plano	759.191	730.587
Contribuições do empregador	1.151.257	958.672
Benefícios pagos	(1.356.850)	(1.548.925)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(309.650)	(649.262)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.750.637	7.506.689

d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	6.403.710	6.666.506
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	5.703	5.928
Juros líquidos conforme laudo atuarial	613.627	593.951
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(1.151.236)	(958.691)
Ajustes de avaliação atuarial	764.280	96.016
Saldo final	6.636.084	6.403.710

e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	2023	2022
Capitalização para infraestrutura em construção	1.099	1.469
Outras contribuições - Contribuição definida	(8.893)	(8.659)
Despesas nos exercícios com entidade de previdência privada	(7.794)	(7.190)
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(5.703)	(5.928)
Despesas nos exercícios com benefícios pós-emprego	(13.497)	(13.118)
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(1.372.818)	(1.324.518)
Rendimento esperado dos ativos do plano	759.191	730.587
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	(613.627)	(593.951)
Total das despesas nos exercícios	(627.124)	(607.069)

f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	(7.208.211)	(7.112.194)
Ganho (perda) atuarial gerada pela taxa de desconto	(454.630)	553.245
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(309.650)	(649.262)
Saldo no final do exercício	(7.972.491)	(7.208.211)

g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

Segmento	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	31.12.2023	31.12.2022	
Renda fixa	88,64%	80,00%	até 100%
Renda variável	5,80%	13,57%	até 70%
Imóveis	1,21%	1,77%	até 20%
Outros	4,35%	4,66%	até 20%
Total	100,00%	100,00%	

h) Premissas atuariais utilizadas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,09%	10,09%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,09%	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	5,02%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10%	N/A
Turn over	ExpR_2012 Strengthen in 40%	ExpR_2012 Strengthen in 40%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10%	N/A

i) Estimativa da despesa para o exercício de 2024:

	2024
Custo dos serviços correntes - FGTS	6.632
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego - BD e FGTS	1.379.200
Rendimento esperado dos ativos do plano - BD	(607.860)
Total da despesa projetada	777.792

j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	FGTS	Plano de pensão
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2023	13.812.413	98.008
Taxa de desconto	(+0,50%)	(+0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	-14.573.096	-115.792
Total da obrigação do benefício definido	-760.683	-17.784

k) Outras informações sobre as obrigações atuariais

Em 31 de dezembro de 2023, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 84.221 e R\$ 6.436.071, respectivamente. Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2023 é de R\$ 1.207.251.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício de 2023 é de 9,0 anos (7,5 anos em 31 de dezembro de 2022). Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

1 ano	1.434.480
Entre 2 e 5 anos	5.339.936
Próximos 5 anos	63.369
Total de pagamentos esperados do plano	6.837.785

15. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa Julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF - Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

15.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2022	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2023	Depósitos vinculados 31.12.2023	Depósitos vinculados 31.12.2022
Processos trabalhistas (a)	320.224	70.378	35.771	(73.219)	(34.270)	318.884	98.128	102.724
Processos cíveis (b)	314.848	96.290	28.097	(55.402)	(47.390)	336.443	13.876	13.886
Processos regulatórios (c)	121.834	53.701	20.653	-	(2.914)	193.274	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	173.254	-	1.435	-	(174.689)	-	-	184.532
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	211.591	26.200	21.145	-	-	258.936	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	13.500	213	27	(102)	(22)	13.616	808	762
Processos ambientais (e)	5.416	1.067	257	(1.067)	-	5.673	-	-
Subtotal - Processos Judiciais e administrativos	1.160.667	247.849	107.385	(129.790)	(259.285)	1.126.826	112.763	301.904
Outras provisões (f)	15.119	-	248	(9.818)	-	5.549	-	-
Total	1.175.786	247.849	107.633	(139.608)	(259.285)	1.132.375	-	-
Circulante	186.069	-	-	-	-	186.069	-	-
Não circulante	989.717	-	-	-	-	945.089	-	-
Total</								

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

15.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Valor estimado da contingência		
	31.12.2023	31.12.2022
Processos civéis	1.445.073	1.275.185
(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
(a.2) Ação civil pública Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
(a.5) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(a.6) Ação de cobrança - CTEEP	364.964	5
(a.7) Ações Indenizatórias - individuais - evento climático	4.241	-
(a.8) Ações Indenizatórias - coletivas - evento climático	1.075.868	-
Outros processos civéis	Não determinado	-
Processos regulatórios	2.050.219	1.943.660
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	1.314.967	1.275.180
(b.2) Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	213.763	201.366
(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade	122.574	114.577
(b.4) Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	105.570	99.603
(b.5) Autuações PECLD - Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	99.844
(b.6) Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos	165.808	-
Outros processos regulatórios	127.537	70.097
Processos fiscais	4.206.008	3.970.604
(c.1) CSLL - base negativa	170.226	162.687
(c.2) Execução fiscais municipais - diversas	194.832	107.325
(c.3) PIS - estatuto da decadência	259.602	252.339
(c.4) COFINS - anistia	171.884	167.557
(c.5) COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
(c.6) Autos de infração de ICMS - estornos de débitos	218.873	205.400
(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	191.000	182.433
(c.8) PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	177.126	690.878
(c.9) FINSOCIAL	256.185	242.693
(c.10) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	183.019	172.298
(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	202.622	187.735
(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	235.341	212.452
(c.13) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	84.988	78.060
(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	293.664	277.589
(c.15) Débito de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	54.425	48.092
(c.16) IRPJ/CSLL - Goodwill	848.322	772.666
(c.17) Autos Multa Isolada PIS/COFINS ICMS ST	4.542	84.729
Outros processos fiscais	57.949	54.885
Processos trabalhistas	678.724	815.109
(d.1) Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	126.460	121.325
(d.3) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais	30.282	61.812
(d.4) Contribuição Previdenciária - SAT	54.879	49.892
Outros processos trabalhistas	467.103	582.080
Total dos processos com probabilidade de perda classificada como possível	8.380.024	8.004.559

a) Processos civéis:
(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a ANEEL visando a anulação visando à desconstrução dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma pericia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2010 a 1ª instância de recurso foi rejeitada, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da pericia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(a.2) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços alíquotos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000. Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ. Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias: A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (Iema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenha decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

(a.5) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso por 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes); e (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília. Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificação dos clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019. Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.6) Ação de cobrança CTEEP: Em 16 de março de 2021, a Companhia ajuizou ação de cobrança contra CTEEP pelo valor histórico de R\$1.500.000, que atualmente perfaz R\$2.100.000, cuja origem é uma dívida perante Eletrobras (contraída anteriormente à privatização) e que foi objeto de acordo pela Companhia em 2018, ressalvado seu direito de cobrança perante o ofício devedor (CTEEP). No entendimento da Companhia e de seus assessores legais e pareceristas contratados, por força da cisão da Companhia ocorrida em 1998, e previamente à sua privatização, a dívida em questão foi transferida para a Empresa Paulista de Transmissão - EPTTE (antecessora da CTEEP), nos termos do protocolo de cisão de 22 de dezembro de 1997, sendo assim da CTEEP a responsabilidade pelo débito. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, cuja sentença, até o momento, foi mantida em segunda instância, em sede de recursos de apelação, fixadas as verbas de sucumbência em 13% sobre valor atualizado da ação, o que corresponderia a R\$ 364.964 em 31 de dezembro de 2023. Em 11 de outubro de 2023, a Companhia apresentou embargos de declaração. Em 12 de janeiro de 2024, os embargos de declaração foram rejeitados. A Companhia aguarda a publicação desta decisão, para interposição dos recursos cabíveis. A possibilidade de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

(a.7) Ações indenizatórias - evento climático: Em decorrência dos eventos climáticos objeto da nota 1.1, durante o exercício final em 31 dezembro de 2023, identificou-se o ajuizamento de 238 ações individuais e 6 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública, nas quais são pleiteadas liminares para providências de atendimento da Distribuidora e fornecimento de informações e/ou documentos e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para 31 de dezembro de 2023, as referidas ações foram classificadas com risco de perda possível. O montante de R\$ 4.241 se refere às ações individuais, quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

(b) Processos regulatórios:
(b.1) Devolução tarifária - base blindada: Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 12211 MVM, que determinou que a Companhia efetuassee a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo passívelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassee o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória.

(b.2) Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR): Em agosto de 2015 foi ajuizada pela Companhia Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em julho de 2017. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.

(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade e AI nº 1008/2018: Vide nota explicativa 15.1 (c 1 e 2).

(b.4) AI nº 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela Companhia em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2019.

(b.5) Autuações PECLD - Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN03361 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1ª instância ocorrida em fevereiro de 2002. Em 26 de maio de 2022, o Recurso Especial interposto pela ANEEL foi desprovido. Em 23 de agosto de 2022, a ANEEL entrou com Agravo Interno. Em 4 de novembro de 2022 o STJ negou provimento ao Agravo Interno da ANEEL. Em 13 de fevereiro de 2023 a decisão favorável à Companhia transitou em julgado, razão pela qual foi retirado desse exercício.

(b.6) Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos: O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o restabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE ("TN"), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 11 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração ("AI") nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 165.808. Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. A Companhia segue sua defesa na sequência das discussões com a Agência Reguladora.

(c) Processos fiscais:
(c.1) CSLL - base negativa: A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.

(c.2) Execuções fiscais municipais - diversas: A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. Nessas causas, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias - fianças e seguros. No 3º trimestre de 2022, a Companhia obteve decisão final reduzindo o valor do débito em R\$ 40.000 em uma execução fiscal que discutia ISS no Município de São Bernardo do Campo.

(c.3) PIS - Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como débitos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.

(c.4) COFINS - anistia: A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.

(c.5) COFINS - Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão proferido em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

(c.6) Autos de infração de ICMS - estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débitos nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto - mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.

(c.8) PIS - Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Em junho de 2023 foi proferida decisão favorável em um mandado de segurança que abarca duas execuções fiscais sobre o tema, no valor de R\$ 142.387, no sentido de afastar a decisão administrativa que não havia reconhecido o direito creditório

e de que o tema deve ser novamente julgado na esfera administrativa. A Fazenda apresentou embargos de declaração e aguarda-se julgamento.

(c.9) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.

(c.10) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.

(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015: Trata-se de 28 Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em agosto de 2021, o Município de São Paulo instruiu 26 Execuções Fiscais, que foram devidamente garantidas e foram opostos os Embargos à Execução, que aguardam os respectivos julgamentos. No que se referem aos 2 Autos de Infração ainda não ajuizados, para obtenção da certidão de regularidade fiscal, a Companhia distribuiu ação declaratória de certeza de antecipação de garantia com oferecimento de seguro garantia.

(c.13) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos remanescentes: Trata-se de processos administrativos oriundos da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso "PIS Compensações - Créditos remanescentes"). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e apresentou sua defesa, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso voluntário que aguarda julgamento. Em novembro de 2023 a Companhia peticionou em todos os processos requerendo a baixa dos mesmos em razão da tese fixada pelo STF no tema 736 de repercussão geral e do PARECER SEI Nº 2674/2023/MF da Procuradoria da Fazenda Nacional que determina a desistência de todos os processos sobre o assunto. Um dos processos já foi encerrado de forma favorável no montante de R\$ 383.

(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos: Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e serviços e autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos. Em junho de 2023, um dos autos de infração, no valor de R\$ 23.041, foi encerrado parcialmente favorável à Companhia. Aguarda-se a intimação da Fazenda com o cancelamento de parte do auto para se verificar o valor remanescente a ser processado em discussão na esfera judicial.

(c.15) Débito de IUEE - Tratado de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e foi parcialmente acolhido o recurso para determinar que sejam liberados os valores bloqueados judicialmente. A Companhia apresentou seguro garantia, a fim de garantir o valor exigido e apresentou nova impugnação. O valor bloqueado de R\$ 41.191 foi liberado em outubro de 2022.

(c.16) Autos de infração de IRPJ/CSLL - Goodwill: A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da debetibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas entidades controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.

(c.17) Autos Multa Isolada PIS/COFINS ICMS ST: Em outubro de 2022 a Companhia recebeu 99 autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) exigindo multa isolada em face da não homologação de compensações decorrentes dos processos que discutem créditos de PIS/COFINS ICMS ST. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa. O valor total desses autos perfaz o montante de R\$ 95.473. Em dezembro de 2023, a Companhia peticionou em todos os processos requerendo a baixa dos mesmos em razão da tese fixada pelo STF no tema 736 de repercussão geral e do PARECER SEI Nº 2674/2023/MF da Procuradoria da Fazenda Nacional que determina a desistência de todos os processos sobre o assunto, no qual 93 dos 99 processos foram encerrados de forma favorável, cancelando um total de débito de R\$ 93.387.

(d) Processos trabalhistas:
(d.1) Ação civil pública - Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exera subordinação direta aos seus terceirizados; (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação; (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada; (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos). Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1ª recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpus recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Em 02 de julho de 2021, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho e em 23 de novembro de 2021 o recurso do Ministério Público do Trabalho foi negado. Pendente de julgamento o Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a ação pela Companhia avaliam o risco como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

(d.2) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.

(d.3) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Das três ações, duas tiveram decisões desfavoráveis para Companhia e uma delas teve decisão parcialmente favorável para a Companhia, com a redução do débito, estando todas as ações pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, garantidas por depósito judicial.

(d.4) SAT: Ação anulatória ingressada pela Companhia, em 22 de outubro de 2018, decorrente de processo administrativo lavrado pela Receita Federal do Brasil pela não homologação das compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho ("SAT"), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho ("GILL-RAT"), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho ("LTCAAT"). Em 12 de novembro de 2018 a Companhia teve decisão liminar parcialmente favorável para emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa ("CPEN") em favor da Companhia. Da decisão, foi interposto Agravo de Instrumento para suspensão da exigibilidade do crédito, bem como a liberalização do seguro garantia apresentado nos autos. Considerando que as Cortes Judiciais Superiores (STJ e STF) ainda não firmaram posição sobre o tema, o prognóstico de perda do caso, que foi remoto durante a fase administrativa pela existência de precedentes favoráveis



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

...continuação

b) Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

b.1) Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	31.12.2023	31.12.2022
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.509.661	2.460.982
Benefício fiscal das incorporações	1.794.021	1.865.680
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos	4.303.682	4.326.662

b.2) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanço patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.218.017	2.011.368	(55.206)	(111.470)	259.855	32.645
Provisões para processos judiciais e outros riscos	318.822	339.182	(20.369)	(72.660)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.228.083	1.035.031	191.052	148.485	-	-
Provisão para materiais e serviços	146.476	189.022	(42.546)	124.208	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	670.068	754.800	(84.732)	(73.202)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	31.612	38.637	(7.025)	(7.025)	-	-
Provisão para o fundo de transição	2.574	8.077	(5.503)	(6.330)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa incentivo à aposentadoria (multa 40%)	39.369	33.323	8.046	216	-	-
Arrendamento mercantil CPC 06	8.677	5.018	3.659	790	-	-
Swap	7.108	-	7.108	-	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	26.068	42.794	-	(16.726)	-	-
Outros	23.048	22.324	724	(73)	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	4.715.922	4.479.576	(6.783)	108.258	243.129	32.645
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(284.400)	(315.739)	31.339	33.363	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(781.710)	(701.955)	(79.755)	(119.257)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(68.691)	(69.417)	726	(21.008)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	(22.533)	22.533	831	-	33.177
Swap	(1.039.153)	(882.223)	(156.930)	(176.310)	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(32.307)	(26.727)	(5.580)	(2.335)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(2.206.261)	(2.018.594)	(187.667)	(284.716)	243.129	65.822
Ativo fiscal diferido, líquido	2.509.661	2.460.982	(194.450)	(176.458)	243.129	65.822
Juros mora (b.2.1)	-	-	(26.200)	(18.310)	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações	-	-	(71.659)	(71.650)	-	-
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(292.309)	(266.428)	-	-

b.2.1) Juros mora O imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 26.200 (R\$ 18.310 do exercício findo em 31 de dezembro de 2022) são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

b.3) Benefício fiscal gerado por incorporações: Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e 349/01, conforme alteradas: **AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações")** - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia. O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034. **Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste")** - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(313.825)	207.123	(106.702)	(91.458)
Subtotal	201.745	(133.152)	68.593	83.837
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(187.514)	123.759	(63.755)	(54.647)
Subtotal	120.544	(79.560)	40.984	50.092
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(572.075)	374.960	(197.115)	(149.808)
Subtotal	5.578.242	(3.893.798)	1.684.444	1.731.751
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	5.900.531	(4.106.510)	1.794.021	1.865.680

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

b.3.1) Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	4.326.662	4.508.958
Impacto no resultado do exercício	(292.309)	(266.428)
Impacto no resultado do exercício - juros moratórios (b.2.1)	26.200	18.310
Impacto no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes)	243.129	65.822
Saldo final	4.303.682	4.326.662

b.4) Estimativa de realização
Uso de estimativas
Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima lucros tributáveis futuros suficientes para que todas as diferenças temporárias, créditos e prejuízos tributários reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 possam ser utilizados. A compensação integral do saldo do imposto diferido ativo sobre a totalidade dos prejuízos fiscais nos próximos exercícios é estimada da seguinte forma:

	31.12.2023	
Estimativa de realização		
2025	194.039	
2026	206.860	
2027	209.190	
2028	57.041	
2029 em diante	2.938	
Total	670.068	

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de avanço, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia. O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos ativos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

23. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16. Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

23.1 Controladora (Enel Brasil):

Natureza da transação e Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
Enel Brasil					
COMISSÃO DE FIANÇA	Julho de 2019 a setembro de 2023	-	(931)	(949)	(2.514)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	Agosto de 2027	(37.978)	(40.581)	-	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO	Março de 2025	(239.789)	(424.298)	-	-
MÚTUO	Despacho nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	-	(22.491)
DIVIDENDOS	Dezembro de 2024	(159.499)	(207.601)	-	-
Total - partes relacionadas		(437.266)	(673.411)	(949)	(25.005)

23.2 Empresas com controle comum:

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)		781	740	467	337
ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	781	740	467	337
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS		(19.766)	(11.065)	(9.295)	(1.610)
ENEL CHILE		4.379	-	1.373	-
ENEL SPA		(5.170)	-	(885)	-
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.	Fevereiro de 2024	(18.975)	(1.388)	(9.783)	-
ENEL GLOBAL IN E NETWORK		-	(12.683)	-	(2.528)
ENEL CHILE S.A.		-	3.006	-	918
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA		3.377	9.335	392	-
COELCE CIA. ENERGÉTICA		3.828	6.347	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.		(2.576)	(124)	-	-
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	-	-	-
CELG DISTRIBUIÇÃO S/A	Agosto de 2027	-	-	-	-
ENEL CIEN S.A.		1.044	1.203	-	-
ENEL X Brasil S.A.		(311)	310	-	-
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A.		650	783	-	-
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CACHOEIRA DOURADA		720	816	-	-
GRIDSPERTISE LATAM S.A.		22	-	392	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CGCF		(3.285)	(3.160)	(38.279)	(35.989)
ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	Resolução	(335)	(321)	(3.895)	(3.757)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	Homologatória	(94)	(91)	(1.096)	(1.080)
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	nº 3068 da ANEEL	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A.		(2.856)	(2.748)	(33.288)	(31.152)
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR		(1.254)	(1.175)	(9.064)	(8.567)
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.		(168)	(156)	(1.207)	(1.140)
ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.		-	-	-	-
ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.	Até o final da concessão	(113)	(104)	(807)	(763)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EOLICA S.A.		(361)	(341)	(2.625)	(2.481)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EOLICA S.A.		(335)	(317)	(2.435)	(2.302)
ENEL GREEN POWER SALTO APIACÁS S.A.		(277)	(257)	(1.990)	(1.881)
COMISSÃO DE FIANÇA		-	-	(5.177)	(1.712)
ENEL SPA S.A.	Setembro de 2037	-	-	(5.177)	(1.712)
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO		-	(1.357)	(4.465)	(17.698)
ENEL CIEN S.A. (**)	Março de 2023	-	(1.357)	(4.465)	(17.698)
MÚTUO		-	-	-	986
CELG DISTRIBUIÇÃO S/A (*)	Despacho nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	-	986
VENDA DE SERVIÇOS		(8.118)	-	(17.390)	-
GRIDSPERTISE LATAM S.A.	Até o final da concessão	(8.118)	-	(17.390)	-
COMPRA E VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO		17.347	11.153	-	-
COELCE CIA. ENERGÉTICA	N/A	10.989	9.977	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.		6.358	1.176	-	-
Total - partes relacionadas		(10.918)	4.471	(82.811)	(64.253)

(*) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas nas movimentações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no lote 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023, até essa data a Cien S.A. operou por designação. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Suprimento de energia - CCEAR

Os contratos de suprimento de energia - CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. **Compartilhamento**
O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem. **Mútuos**
As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 12.

23.3 Outras partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
Plano de previdência - FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16		6.520.291	6.305.702	(613.627)	(593.951)

23.4 Remuneração da alta administração
A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2023	31.12.2022
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	6.010	8.079
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	115	(230)
Total	6.125	7.849

24. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais
A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão da região metropolitana de São Paulo. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado. **24.1 Instrumentos financeiros**
24.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros
Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Rubrica	Categoria	Nível*	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		460.692	460.692	1.338.169	1.338.169
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado		5.971	5.971	6.210	6.21



ELETPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquida da posição do hedge estão demonstrados da seguinte:

Dívida - Posição em 31.12.2023	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.053.488	
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 4,0134%	(1.040.246)	Fair value hedge
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,72%	807.297	Fair value hedge
		820.539	
BNP II 4131	USD + 1,71%	214.212	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,71%	(212.188)	Cash flow hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,75%	259.317	Cash flow hedge
		261.341	
Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	853.073	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 4,26%	(688.058)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,93%	606.799	Fair value hedge
		771.814	
BNP III 4131	USD + 1,97%	406.483	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,97%	(400.907)	Cash flow hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98%	486.943	Cash flow hedge
		492.519	
Scotiabank II 4131	USD + 2,31%	191.449	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,31%	(181.181)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,25%	212.673	Cash flow hedge
		222.941	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	287.581	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a	(287.073)	Fair value hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68%	290.447	Fair value hedge
		290.955	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	272.024	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,61%	(253.479)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,63%	321.150	Cash flow hedge
		339.695	
MUFG 4131	USD + 1,95%	188.428	
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,95%	(182.917)	Cash flow hedge
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,28%	208.746	Cash flow hedge
		214.257	
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37%	375.846	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,37%	(353.887)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,39%	419.175	Cash flow hedge
		441.134	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	545.686	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385%	(190.538)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	168.374	Fair value hedge
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385%	(672.597)	Fair value hedge
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	594.360	Fair value hedge
		845.285	
BEI I	USD + 3,76% a.a.	120.568	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	USD + 3,76% a.a.	(94.957)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,10%	110.128	Fair value hedge
		135.739	
BEI II	USD + 3,61% a.a.	476.815	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	USD + 3,61% a.a.	(375.841)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,18%	436.052	Fair value hedge
		67.026	
BEI III	USD + 4,51% a.a.	67.785	
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,51% a.a.	(65.899)	Fair value hedge
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0%	68.270	Fair value hedge
		70.156	
BEI IV	USD + 4,38% a.a.	268.772	
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,38% a.a.	(261.293)	Fair value hedge
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI - 0,17%	270.487	Fair value hedge
		277.966	

A diferença entre o valor na curva (*accruval*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2023, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

24.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data de mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

24.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabeleça as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel Spa, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma Política de Controles e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil, que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-se às exigências locais em termos de cultura de riscos.

Por fim, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável à todas as empresas do Grupo Enel dentro do perímetro da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo à nível local, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; compliance; operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding (Enel Spa); aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de ação para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de ação. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linha de ação.

A área de Controle de Riscos Brasil possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto financeiro dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Proprietários do Risco ("Risk Owners").

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	166.176	1.128.195
Investimentos de curto prazo	b.1.1	5.971	6.210
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	843	(236.095)
Depósitos vinculados	b.1.1	693.705	857.326
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.604.946	3.364.162
Contas a receber - acordos	b.1.2	492.976	517.042
Ativo financeiro setorial	b.1.3	808.756	2.623.396
Ativo contratual	b.1.3	1.352.551	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	8.317.479	7.426.895
Total da exposição		15.443.403	17.121.709

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente convertíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	31.12.2023	31.12.2022
AAA	11.615	928.270
AA+	2.299	17.164
AA	158.233	189.971
Total	172.147	1.134.405

Instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2023	31.12.2022
AAA	843	(236.095)
Total	843	(236.095)

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cobrar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negociação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Auditável). Adicionalmente, disponibiliza o portal de negociação e aplicativo por celular para realização de negociações, além dos feirões físicos e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	2.874.875	3.053.174
Debêntures	4.152.296	4.500.568
Instrumentos financeiros derivativos	(843)	236.095
Dívida	7.026.328	7.789.837
Caixa e equivalentes de caixa	(460.692)	(1.338.169)
Investimentos de curto prazo	(5.971)	(6.210)
Dívida líquida	6.559.665	6.445.458
Patrimônio líquido	2.822.916	2.393.789
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)	69,91%	72,92%

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022, calculados pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para

mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios, e possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovadas pela Anel, por meio dos Despachos nº 3.037/2018 e nº 647/2021, que totalizam valores até R\$ 2.500.000, conforme detalhado mais abaixo.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sedada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da Enel Finance International (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 100.000.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, obrigações por arrendamento, dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Posição em 31 de dezembro de 2023	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais que cinco anos
Fornecedores	2.684.098	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	237.411	941.985	1.294.414	924.821
Debêntures	1.235	2.477	1.242	-	-
Operações com instrumento derivativo	(206)	(387)	599.204	2.692.413	1.947.798
Obrigações por arrendamento	13	-	-	115.204	86.763
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	170.749	-	-
Total	2.685.140	239.501	1.713.180	4.102.031	2.959.382

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 97,93% da dívida total indexada a taxas variáveis (R\$ 6.880.811).

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.12.2023	%	31.12.2022	%
CDB-DI	172.147	100%	1.134.405	100%
Total	172.147		1.134.405	

Ativo financeiro da concessão	31.12.2023	%	31.12.2022	%
IPCA	8.317.479	100%	7.426.895	100%
Total	8.317.479		7.426.895	

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.12.2023	%	31.12.2022	%
Taxa Fixa	145.517	2,07%	89.200	1,15%
TJLP	4.972	0,07%	19.633	0,25%
CDI	6.563.084	93,41%	7.465.298	95,83%
IPCA	312.755	4,45%	215.706	2,77%
Total	7.026.328		7.789.837	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiro derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 2% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos Financeiros	Projeção receitas financeiras - 01 ano					
	31.12.2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		5,83%	8,74%	11,65%	14,56%	17,48%
Equivalentes de caixa	166.176	9.688	14.524	19.360	24.195	29.048
Investimentos de curto prazo	5.971	348	522	696	869	1.0



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgada pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão nº A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto a este mérito; até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras, o processo ainda está sob análise do relator.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto abaixo do limite de 105% equivalente a R\$ 92.639 (valor atualizado de R\$ 148.366 em 31 de dezembro de 2023) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

25. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 8.185.577 em 2024, R\$ 8.200.362 em 2025, R\$ 7.629.940 em 2026, R\$ 7.388.352 em 2027 e R\$ 100.589.589 após 2027.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que foram homologados pela ANEEL.

26. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2023	31/10/2024	19.584.604	5.330.450
	Responsabilidade civil geral	31/10/2023	31/10/2024	N/A	1.260.750
	Responsabilidade civil administradores	31/10/2023	31/10/2024	N/A	77.618
	Riscos ambientais	31/10/2023	31/10/2024	N/A	106.609

(i) Estão cobertos as substações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

27. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

27.1 Principais transações que não impactam caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	2023	2022
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	318.826	94.483
Compensações de PIS e Cofins (ICMS)	1.761.124	1.304.990

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas

atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	2023	2022
Apresentados nas atividades operacionais	565.252	503.970
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	6.367	(5.905)
Total Pagamento de juros	571.619	498.065

27.2 Conciliação das atividades de financiamento

Segundo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas nas notas explicativas nº 12 e 13. Quanto aos dividendos e juros sobre capital próprio, a conciliação é conforme segue:

Saldo inicial 31.12.2022	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2023
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	207.601	-	340.000	639	(107.602)	160.138

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2022
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	576.116	870.778	190.000	207.601	(1.446.894)	207.601

28. Eventos subsequentes

Em 4 de janeiro de 2024, a Companhia com a necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 202.278. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 4 de julho de 2024 a uma taxa de CDI + 1,30 a.a.

Em 10 de janeiro de 2024, a Companhia com a necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 30.226. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 9 de abril de 2024 a uma taxa de CDI + 1,30 a.a.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

DIRETORIA EXECUTIVA

Max Xavier Lins	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Villella Carro	Diretor de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebelo	Diretor Jurídico
Luiz Flavio Xavier de Sá	Diretor de Mercado
Flavia da Silva Barauna	Diretor de Serviços
Fernando Andrade	Diretor de Engenharia e Construção
Marcia Massotti de Carvalho	Diretor de Sustentabilidade
Vicenzo Ruotolo	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Gomes Lencastre	Presidente do Conselho de Administração
Britaldo Pedrosa Soares	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Mario Fernando de Melo Santos	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Sandra Roque Vieira Silva	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Massotti de Carvalho	Conselheiro de Administração Titular
Gino Celentano	Conselheiro de Administração Titular
Ana Claudia Gonçalves Rebelo	Conselheiro de Administração Titular
Alexandre Medunecas	Conselheiro de Administração Titular

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Fabio Romanin

CONTADOR RESPONSÁVEL

Alan dos Reis Santos - CRC SP244288 /O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Do Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada	Como a auditoria endereçou esse assunto
Veja as notas 6 e 19 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (1) Avaliamos o ambiente, o desenho e a efetividade dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada; (2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada; e (3) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada.
A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.	Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.	
Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.	

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ 092563/O-1

